

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA**

**LITERATURA INFANTIL: LIVRO  
E MERCADORIA NA PRÉ - ESCOLA**

091

**Maria das Graças Monteiro Castro**

**Goiânia  
1998**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA**

**LITERATURA INFANTIL: LIVRO  
E MERCADORIA NA PRÉ - ESCOLA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação Escolar Brasileira à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marília Gouveia de Miranda.

**Maria das Graças Monteiro Castro**

**Goiânia  
1998**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**LITERATURA INFANTIL:  
LIVRO E MERCADORIA NA PRÉ-ESCOLA**

Candidata: **MARIA DAS GRAÇAS MONTEIRO CASTRO**

Orientadora: Profª Drª Marília Gouvea de Miranda

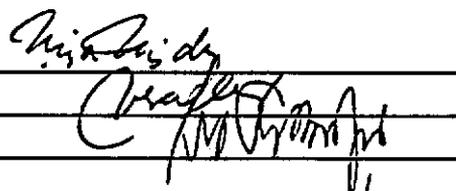
**Dissertação apresentada ao Mestrado  
em Educação Brasileira, da Universidade  
Federal de Goiás, como parte dos  
requisitos para obtenção do grau de  
Mestre em Educação Escolar Brasileira.**

**COMISSÃO JULGADORA**

Profª Drª Marília Gouvea de Miranda

Profª Drª Vera Teixeira de Aguiar

Profª Drª Albertina Vicentini Assumpção



**Defesa - 1998**

**MAS NINGUÉM  
SABE A VERDADE  
(a não ser os astronautas)**

**que  
de perto  
de  
pertinho**

**a Lua é flicts.**

**Ao Pedro e André**

**À Vó Graciola e Silvia Orthof (in memorian)**

## AGRADECIMENTOS

Minha gratidão à D. Elza e Sr. Antônio Motta que começaram tudo.

Agradeço aos dez anos de parceria e trabalho na Flicts Livraria, com o Denis, Sr. Mário e a todos que por lá circularam - Cristina, Ivone, Alessandra, Shell, Fred, Breno, Ivone M<sup>a</sup> Elias, Jr. de Oliveira, Grupo Camaleão, Vera Tietzman, Zaira Turchi, Marcelo Xavier, Angela Lago, Marilda Castanha, Sílvia Orthof, Ana Maria Machado, Zivaldo, Ricardo Azevedo, Eva Furnari, Ruth Rocha e tantos outros.

Meus agradecimentos à Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil que tanto contribuiu para a minha formação e em especial à Beth Serra.

Meus agradecimentos aos funcionários do mestrado, pela atenção e preocupação constantes.

Meus agradecimentos aos professores do mestrado presentes na minha formação e em especial à Profa. Anita Cristina Resende.

Agradeço o apoio especial e declarado dos amigos Virginia, Adelson, Olga, Edith Zacariotti e Ricardo e ao apoio discreto do Chuca.

Minha gratidão à Marília, pela paciência e orientação carinhosa.

Meus sinceros agradecimentos às escolas e suas equipes pedagógicas que me acolheram na pesquisa.

Meus agradecimentos à CAPES, cujo apoio possibilitou a dedicação a este trabalho.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS .....	vii
RESUMO .....	viii
ABSTRACT .....	ix
INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO I	
A INDÚSTRIA CULTURAL E A PRODUÇÃO DO LIVRO INFANTIL	
1. Caminhos teóricos .....	18
2. A indústria cultural .....	22
CAPÍTULO II	
MERCADO EDITORIAL, LIVRO DE LITERATURA INFANTIL E ESCOLA	
1. Considerações iniciais .....	28
2. O livro de literatura infantil brasileiro .....	30
3. A indústria editorial e a escola .....	39
4. A atuação das editoras na circulação do livro na escola .....	43
5. Perfil do mercado de literatura infantil no Brasil .....	50
5.1 - O mercado editorial em Goiânia de 1986 a 1996 .....	50
5.2 - Diagnóstico do setor editorial brasileiro em 1996 .....	51
5.2.1 - Os números da produção editorial .....	53
CAPÍTULO III	
A CIRCULAÇÃO DO LIVRO DE LITERATURA INFANTIL EM ESCOLAS PARTICULARES DE GOIÂNIA	
1. Desenvolvimento da pesquisa: metodologia e instrumentos .....	60
1.1 - Procedimentos de investigação .....	62
2. Apresentação dos resultados .....	64
2.1 - Identificação da equipe pedagógica .....	65
2.2 - O livro de literatura infantil e a equipe pedagógica .....	69
2.3 - A presença do livro de literatura em sala de aula .....	72
2.4 - Ambiente de leitura e acervos disponíveis .....	78
2.5 - As escolas e o mercado editorial .....	83
2.6 - Considerações finais .....	85
CONCLUSÃO .....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	100
ANEXOS .....	103

**ÍNDICE DE QUADROS**

1 - Produção ( títulos e exemplares) por subsetor editorial - 1ª edição e reedição - 1996 .....	54
2 - Produção de títulos trimestral por subsetor editorial - 1ª edição e reedição - 1996 .....	54
3 - Distribuição dos títulos em 1ª edição e em reedição - classificação temática - 1996 .....	55
4 - Distribuição dos exemplares em 1ª edição e em reedição - classificação temática - 1996 .....	56
5 - Faturamento e exemplares vendidos por subsetor editorial - 1996 .....	57
6 - Faturamento por subsetor editorial - 1996 .....	58
7 - Exemplares vendidos por canais de comercialização - 1996 .....	58
8 - Títulos disponíveis na “Biblioteca de Sala” da turma 1 e 2 da Escola I .....	80

## RESUMO

Tomando a experiência de uma livraria especializada em literatura infantil com atuação no universo escolar e investigando o efeito das ações da indústria editorial nas escolas quanto ao acesso do livro junto às crianças, foi proposto um estudo sobre a relação estabelecida entre o livro de literatura infantil e o ambiente escolar considerando a influência da indústria editorial na circulação do livro, bem como no uso que lhe é atribuído. A partir dessas preocupações, procurou-se descrever e discutir como se dá a circulação do livro de literatura infantil em duas escolas da rede particular de ensino de Goiânia, considerando a análise das condições e funcionamento dos espaços existentes (sala de aula, sala de leitura e biblioteca) e como o livro de literatura é visto e trabalhado na escola. Tomando o conceito de indústria cultural como referencial teórico, observou-se que a indústria do livro assume as responsabilidades que originariamente seriam da escola, no que se refere à seleção dos livros apropriados a cada fase de escolarização ou idade; às sugestões de atividades a serem desenvolvidas com as obras lidas e à linha de formação que o professor deveria possuir para favorecer a formação de um leitor mais autônomo. Verificou-se que as ações do mercado emprestam ao livro de literatura infantil um caráter exclusivamente escolar, contribuindo para transformar o texto literário em livro didático.

## SUMMARY

How rare are the researches, which investigate the effect of the actions in the editorial industries in Schools regarding children's access to books. The aim of this study is to show the relationship established between children literature books and the school environment, taking into account the influence of the editorial industry on the books circulation, as well as, the use ascribed to them. The study was based on the experience of a bookstore specialized in children's literature which covers the whole school market. These concerns arouse a description and discussion as to how the children's literature book circulation take place in the network of private schools, starting from the analyses of the conditions and the existing spaces for reading, such as (classrooms, reading rooms and library) and how the literature books are seen in schools in general. Considering the cultural industry concept as the theoretical reference, it was observed that the book industry assumes the responsibilities, which should originally be of the school, in reference to the selection of suitable books for different grades or ages, in addition, suggestions of activities to be developed from these books, as well as, the guidelines that the teacher should have in order to acquire a more autonomous reader. Moreover, the actions of the market which gives children literature books as exclusive scholastic profile thus, changing the literacy text into didactic book.

## INTRODUÇÃO

Este estudo originou-se da experiência vivida como educadora e livreira especializada em literatura infanto-juvenil durante dez anos atendendo escolas da rede particular de ensino de Goiânia. No decorrer desse período, o mercado de livros infantis foi se firmando numa associação cada vez maior às adoções escolares. As escolas particulares de Goiânia foram, por um bom tempo, as maiores clientes da Flicts Livraria, porque estavam em busca das novidades do universo da literatura infantil, tão pouco conhecido por elas, e porque necessitavam de mediadores para a seleção dos títulos disponíveis no mercado.

A Flicts Livraria surgiu em 1988, no auge da produção editorial brasileira de livros infantis, e concentrou suas ações na promoção e circulação dessa produção em Goiânia, uma vez que os distribuidores de inúmeras editoras do gênero atuando na cidade encontravam-se mais voltados para a promoção do livro didático. Além de ampliar a divulgação e circulação do livro infantil em Goiânia, essa livraria iniciou uma série de ações que também promoviam o debate teórico sobre o gênero. Um exemplo é sua presença entre os patrocinadores do Simpósio Nacional de Literatura Infantil e Juvenil, desde seu surgimento, em 1988, até sua sétima edição, em 1995. Foi por meio dessas promoções que Goiânia teve a oportunidade de conhecer autores consagrados da literatura para criança, como Bartolomeu Campos Queirós (1988), Ziraldo (1989), Ana Maria Machado (1990), Ângela Lago (1990), Ruth Rocha (1991), entre outros.

A livraria, ao longo de seus dez anos de existência, pautou seu trabalho pela divulgação e circulação da maioria das editoras nacionais do gênero; pela promoção sistemática de atividades para o público em geral e para as escolas em particular, envolvendo grandes autores da área; pela participação, como membro do júri nacional, da premiação anual da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil — FNLIJ para os melhores do mercado para crianças e jovens e pela assessoria às escolas para o trabalho pedagógico do livro de literatura infantil em sala de aula, sala de leitura ou biblioteca.

Aliada à pouca tradição da população goianiense de freqüentar livrarias, especialmente para crianças, a clientela da Flicts se caracterizou pelo atendimento a escolas em busca do vasto universo de títulos que estava sendo posto no mercado e da articulação do trabalho literário com o cotidiano pedagógico. A presença de pais consumidores, com poucas e boas exceções, sempre esteve vinculada às exigências escolares. A vinculação do livro de literatura infantil ao universo escolar terminou reduzindo-o à condição de material didático, condicionado ao domínio do processo de alfabetização. Até a criança começar a ler, raramente os pais, clientes da livraria, ofereciam a elas o livro como possibilidade de entretenimento e lazer, passando a fazê-lo por intermédio da escola.

Como são raras as pesquisas que investigam o efeito das ações da indústria editorial nas escolas quanto ao acesso das crianças ao livro, com base na experiência acumulada ao longo de dez anos de existência da Flicts Livraria, foi proposto um estudo sobre a relação estabelecida entre o livro de literatura infantil e o universo escolar considerando a influência da indústria editorial na circulação do livro, bem como no uso que lhe é conferido.

Com as transformações ocorridas na educação infantil e, principalmente, com o avanço das estratégias de *marketing* adotadas pelas editoras para atingir as escolas, o livro infantil passou a ocupar, também na pré-escola, um espaço razoável enquanto recurso didático. O crescimento do número de livros oferecidos para crianças entre zero e cinco anos reflete, ao longo da década de 1990, a precoce escolarização infantil e o caráter didático-pedagógico que o livro literário tem na escola — características favorecedoras da expansão da indústria editorial.

O fluxo do livro, o acesso a ele e as condições de leitura do livro de literatura infantil encontram-se fortemente marcados pelas determinações próprias das especificidades do mercado livreiro. Desse modo, em se tratando da literatura infantil, como fez Lajolo, torna-se essencial compreender que é

*“um produto tardio da pedagogia escolar: que ela não existiu desde sempre, e que ao contrário, só se tornou possível e necessária (e teve, portanto, condições de emergir como gênero) no momento em que a sociedade (através da escola) necessitou dela para burilar e fazer cintilar, nas dobras da persuasão retórica e no cristal das sonoridades*

*poéticas, as lições de moral e bons costumes que, pelas mãos de Perrault, as crianças do mundo moderno começaram a aprender”*(1993:22).

Com um caráter essencialmente educativo, o livro infantil incorporou esse aspecto de livro didático ao longo de sua história, como pode ser visto no decorrer do trabalho. Adquiriu uma feição pedagógica, passando a ditar regras e normas do mundo adulto para o universo das crianças. Ao satisfazer essas funções, a literatura infantil confundiu-se com a escola e esta, ao incorporar o livro como instrumento de ensino, passou a interagir com as regras de mercado. Zilberman retoma a questão da seguinte forma:

*“se inicialmente parecia se estabelecer uma contraposição entre literatura infantil e cultura de massas, evidencia-se que a primeira pode se diluir na segunda, quando encarada sob a ótica do mercado, para a qual a alfabetização também prepara (...) percebe-se um pacto entre aparelho escolar e o industrial, ambos voltados para o mercado. Embora a literatura subsista graças a ambos — já que a escola proporciona o leitor, e o mercado fornece os meios para edição e divulgação da obra — o tipo de dependência que se estabelece não pode fazê-la submissa a estes propósitos”*(1984:101).

A dimensão mercadológica dos livros para crianças pode ser percebida pela progressiva adequação entre mercadoria (livro) e mercado consumidor (criança consumidora via escola). O diagnóstico do setor editorial brasileiro de 1996, da Câmara Brasileira do Livro, apresenta resultados referentes a produção e vendas das editoras em diferentes subsetores. O subsetor de maior desempenho é o denominado “Didáticos”, que inclui: pré-escolar, primeiro e segundo graus, paradidáticos e literários e responde por 55% do faturamento total da indústria editorial brasileira.<sup>1</sup> Numa sociedade em que 90% não têm a leitura como prática cultural,<sup>2</sup> resta à escola a responsabilidade exclusiva de promovê-la, por depender dela, essencialmente, o desenvolvimento integral de seus alunos. Assim sendo, a indústria editorial moderna

<sup>1</sup> Pôr meio de um convênio firmado com a Fundação João Pinheiro, a Câmara Brasileira do Livro e o Centro para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe desenvolvem uma pesquisa anual para diagnosticar o desempenho do setor editorial brasileiro.

<sup>2</sup> Uma pesquisa feita recentemente pelo Instituto Vox Populi, sob encomenda do *Jornal do Brasil*, obteve-se os seguintes dados: 50% das pessoas alfabetizadas não lêem e 41% o fazem raramente. Foram ouvidas 3.153 pessoas acima de 16 anos, em 253 municípios brasileiros, numa amostragem que reflete os percentuais de idade, sexo, escolaridade, nível econômico e região apontados pelo censo. Do universo pesquisado, 9% compram livros com regularidade, sendo este também o percentual dos que têm mais de 50 livros em casa e afirma ler quase diariamente; 7% colocam a leitura como principal

organiza-se para compatibilizar a demanda e a produção, “orientando uma pela outra, criando uma em função da outra, reforçando uma e otimizando a outra: são essas as providências que garantem a sobrevivência do mercado” (LAJOLO,1993:29).

A estreita relação do mercado livreiro com as escolas influencia também a relação de consumo de livros da grande maioria dos pais. O fato de não terem a prática da leitura literária entre seus hábitos faz com que os pais condicionem a leitura dos filhos ao momento da escolarização. Assim sendo, passam a consumir livros apenas quando solicitados pela escola ou, quando muito, a partir de sugestões que lhe são feitas por um coordenador ou professor, fortalecendo a condição de entreposto de venda, assumida pela escola.

Algumas pesquisas já desenvolvidas auxiliaram na compreensão de como essa relação ocorreu e ainda vem ocorrendo. Duas pesquisas de pós-graduação contribuíram particularmente para iniciar essa reflexão sobre a relação existente entre indústria editorial e escola, a história dessa indústria e seu perfil atual.

A primeira, a dissertação de mestrado de Lídia Izecon Carvalho, analisa os programas oficiais de distribuição de livros escolares, que abriram definitivamente o mercado para a indústria editorial. Sob o título *A distribuição e circulação de livros nas escolas paulistas*, o trabalho traz o histórico das ações desenvolvidas pelo governo federal na área, remontando sucintamente a atuação governamental e os meandros das relações estabelecidas com o mercado editorial.

Na pesquisa desenvolvida em sua tese de doutorado *O paradidático esse rentável desconhecido*, Maria Cecília Mattoso Ramos centrou o problema na seguinte pergunta: afinal, os paradidáticos vieram para promover a leitura livre e libertadora ou simplesmente ampliar o já rendoso mercado do livro escolar? A partir dessa questão, a autora desenvolveu sua pesquisa e procurou remontar o ciclo de produção, indicação e consumo do livro paradidático, examinando o material existente no mercado da época e a mediação do editor e do professor, dois segmentos então determinantes.

Essas pesquisas contribuíram, desde o histórico levantado, para a compreensão do processo de escolarização sofrido pelo livro de literatura infantil que, a fim de garantir sua inserção no ambiente escolar, quase foi transformado em livro didático. Além disso, os dois estudos deixam claro o papel tutelar que o governo brasileiro desempenhou no fortalecimento da indústria editorial do Brasil.

A idéia da escolarização do consumo do livro encontrada nos trabalhos mencionados pode ser confirmada examinando-se os catálogos das editoras. Um dos mais importantes instrumentos de divulgação, esses catálogos reúnem um conjunto de informações sobre o que é ou não relevante na adoção de livros pelas escolas. Isso significa que as editoras organizam suas coleções e catálogos observando a premissa da escolarização da literatura infantil, como se pode observar no excerto da apresentação do *Catálogo Escolar Infantil* da Editora Melhoramentos:

*“A Editora Melhoramentos apresenta o Catálogo Escolar Infantil 96, no intuito de oferecer apoio aos professores, bibliotecários, coordenadores, pais e demais profissionais do livro. A organização dos livros foi especialmente elaborada para auxiliar na escolha dos títulos adequados a cada faixa etária, divididos em pré-escola e 1a. série, 2a., 3a., e 4a. séries do 1o. grau. Obedecendo ao critério de dificuldades crescentes na compreensão do texto, acompanha, passo a passo, o currículo escolar”.*(1996:3)

Já há algum tempo, a grande maioria dos catálogos editoriais tem apresentado seus produtos organizando-os a partir de uma relação direta com os conteúdos escolares. Atualmente, depois da edição dos novos Parâmetros Curriculares Nacionais, também os temas discutidos ou apenas levantados neles são considerados pelas editoras na organização dos catálogos.

Essas observações empíricas iniciais, somadas à experiência acumulada no trabalho direto com as escolas goianas e à discussão teórica do problema, conduziram à formulação de alguns pressupostos que passaram a orientar este estudo:

1. O modo como o mercado editorial se organiza interfere na maneira como a escola insere o livro de literatura infantil na prática pedagógica;
2. O livro de literatura infantil é inserido na escola como um livro didático e o tratamento que lhe é reservado é similar ao que este recebe;

3. As ações da indústria editorial induzem ao uso didático do livro de literatura e a escola reforça essa prática destinando à literatura um lugar no espaço pedagógico;

4. Apesar de ser a escola o espaço por excelência de iniciação da criança no universo literário, ela não produz as condições mínimas necessárias para o encontro da criança com o livro de literatura.

A partir dessas preocupações, procurou-se descrever e discutir como se dá a circulação do livro de literatura infantil em escolas da rede particular de ensino, fazendo-se a análise das condições e do funcionamento dos espaços de leitura existentes (sala de aula, sala de leitura e biblioteca) e investigando-se como o livro de literatura é visto e trabalhado, em linhas gerais, na escola.

Quanto aos objetivos específicos que orientaram este trabalho podem ser enumerados os que seguem:

1. Verificar como se dá a circulação do livro de literatura infantil na pré-escola;
2. Verificar os ambientes de leitura existentes na escola, bem como descrever e comentar o uso que lhe é conferido;
3. Verificar como o livro é inserido na escola, buscando compreender como o mercado influencia nessa inserção.

A pesquisa foi orientada pela hipótese de que a relação que a criança estabelece com o livro sofre interferências das ações de *marketing* do mercado editorial nas escolas. Apesar de crer que a condição de bem cultural do livro ultrapassa os limites escolares, a prática social de leitura ainda encontra-se bastante reduzida. Assim sendo, torna-se importante desvelar a atuação do mercado editorial no ambiente escolar. Além de suas interferências no processo de envolvimento dos alunos entre três e quatro anos de idade, com o livro de literatura infantil no ambiente escolar — e é quase exclusivamente nesse ambiente que a criança toma contato com o livro de literatura infantil — a escola tem-se transformado em entreposto das editoras para um consumo cada vez mais dirigido de seus catálogos.

Para a realização da pesquisa, foram selecionadas duas escolas da rede particular de Goiânia, sendo que a seleção pautou-se por dois aspectos aproximativos: possuir o ensino pré-escolar e realizar trabalhos regulares com a literatura infantil. A opção por investigar classes de alunos com idade entre três e quatro anos, deve-se ao interesse em verificar como o livro chega até a criança nessa fase da vida, antes mesmo de sua alfabetização, e como a escola, responsável por essa tarefa, promove a introdução do indivíduo no universo literário.

A abordagem metodológica escolhida foi a pesquisa qualitativa, utilizando como instrumentos a observação sistemática e assistemática e, como fontes de investigação, entrevistas na escola. Os instrumentos adotados (observação e entrevista) permitiram a associação das seguintes fontes: observação direta da sala de aula; análise das tarefas que envolvem o texto literário; os espaços e os livros disponíveis para as crianças; o planejamento curricular das atividades com os livros literários.

Para compreender a relação existente entre a indústria editorial e o universo escolar, no primeiro capítulo, buscou-se conhecer mais a fundo os “meandros” do modo de produção, divulgação e circulação do produto livro dentro da indústria cultural, tendo como caminho teórico o conceito de indústria cultural de Theodor W. Adorno e Max Horkheimer. À luz desse conceito, propõe-se investigar os efeitos da mercantilização exercida na produção cultural, mais precisamente, na indústria editorial.

No segundo capítulo, analisa-se a história do livro de literatura infantil na escola brasileira e a atuação do mercado, a partir das contribuições de Regina Zilberman e Marisa Lajolo. A fim de explicitar as características contraditórias que definem a literatura infantil, as autoras enumeram essas particularidades a partir das interferências do mercado e da escola. Ainda nesse capítulo, discute-se o papel do governo federal no fortalecimento do mercado editorial e apresenta-se o perfil da indústria editorial na área de literatura infantil e sua relação com o universo escolar.

O terceiro capítulo procurou descrever e comentar como o livro de literatura infantil surge no universo da pré-escola de duas escolas particulares de Goiânia. Foram observados três aspectos da inserção do livro literário na pré-escola: influência do mercado editorial no processo, a forma como o livro circula no ambiente escolar e os acervos e espaços de leitura existentes.

Talvez este estudo possa vir a contribuir com aqueles que lidam com o livro de literatura infantil nas escolas, esclarecendo algumas *nuanças* do cotidiano do livro no ambiente escolar e dos meios que são utilizados para garantir o sucesso de um segmento editorial.

## CAPÍTULO I

### A INDÚSTRIA CULTURAL E A PRODUÇÃO DO LIVRO INFANTIL

#### 1.0 Caminhos teóricos

Para compreender a relação existente entre a indústria editorial e o universo escolar, buscou-se conhecer mais a fundo os meandros do modo de produção, divulgação e circulação do produto livro, mais precisamente o de literatura para crianças, dentro da indústria cultural.

A análise dos possíveis reflexos da mercado editorial, como um dos segmentos da indústria cultural, nas relações que crianças com idade entre três e quatro anos estabelecem com o livro no universo escolar, permite compreender as contradições existentes na constituição da mercadoria livro, a partir do desvelamento das etapas de sua produção.

Enquanto produto do trabalho, o livro contém em si trabalho objetivado, materializado, convertido em mercadoria. A mercadoria livro se caracteriza por satisfazer necessidades humanas culturais e espirituais, o que lhe confere valor de uso. Mas é como valor que a mercadoria livro se iguala a todas as outras mercadorias existentes.

A indústria editorial segue as mesmas regras de produção de toda e qualquer mercadoria e seus produtos constituem-se pela utilidade ou valor de uso que é determinado pela qualidade real do produto livro mas é sobretudo por seu valor que se configura no mercado. O valor de uma mercadoria expressa a objetivação ou materialização do trabalho abstrato; portanto, visto dessa forma, sob a égide do capital, o livro é uma mercadoria como outra qualquer e sua especificidade fica submetida aos preceitos do mercado.

Na concepção marxista, o produto do trabalho, tão logo toma a forma de mercadoria, assume um caráter enigmático. Esse enigma encontra-se na constituição da forma mercadoria, como definiu Marx:

*“O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente, no fato de que ela reflete aos homens as características sociais de seu próprio trabalho com as características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais”(1985:71).*

A forma física final da mercadoria não reflete a noção de valor dos produtos de trabalho por ela representada. *“Os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantém relações entre si e com os homens”*. A esse processo Marx chama fetichismo, uma característica que impregna os produtos provenientes da mão humana, produtos de trabalho produzidos como mercadoria e que assumem uma forma *“fantasmagórica de uma relação entre coisas”* (MARX, 1985:71).

Descrevendo as conseqüências do caráter fetichista do mundo das mercadorias, Goldmann destaca o processo da reificação como sendo a substituição do qualitativo pelo quantitativo, do concreto pelo abstrato, estando estreitamente ligado à produção capitalista para o mercado. Nesse sentido, a reificação tende a apoderar-se progressivamente de todas as esferas da vida social e a substituir outras formas de consciência, paralelamente ao desenvolvimento da produção capitalista (1979:138).

Buscando compreender o processo de reificação na indústria cultural, mais especificamente no segmento industrial dos livros, podemos identificá-lo nas etapas de produção, divulgação e circulação. Apesar de possuir outras características constitutivas, o livro é primeiramente mercadoria, inserido num setor da produção capitalista; e como tal é rentável, produz lucro. Para garantir o lucro, seus produtores buscam formas que correspondam ao movimento e dinâmica necessários ao desenvolvimento do capital.

As etapas de divulgação e circulação do livro literário, na medida em que este insere-se num percurso de produção padronizado, prevêem um consumidor

com procedimentos de uso padrão e utilizam técnicas da publicidade baseadas nisso. A técnica conquista espaço e poder na sociedade e a padronização do modo de produção significa a padronização do próprio indivíduo e a quase impossibilidade de reconhecimento das relações sociais aí compreendidas.

Apesar de o livro de literatura infantil ser uma das inúmeras mercadorias oferecidas para o consumo pela indústria cultural e estar submetido às mesmas condições de produção, comercialização e consumo de outros produtos, ele ainda guarda em sua forma a relação simultânea e indissociável do material com o espiritual. O livro literário torna-se, ao mesmo tempo, veículo de massificação pela forma como é tratado e possibilidade de superação dessa condição, pelas características inerentes à criação artística. E não há como separar forma e conteúdo, tal qual quando Adorno afirma que em *"Homero, epopéia e mito, forma e conteúdo, não se separam simplesmente, mas se confrontam e se elucidam mutuamente"* (1991:55).

Enquanto bem cultural, o livro literário é resultado de criação artística; e, como tal, torna-se importante instrumento de formação intelectual e afetiva, sobretudo para crianças em plena fase de aprendizagem.

No texto *Caprichos bibliográficos*, Adorno discute a contradição entre o que os livros representam aparentemente, pela sua transformação em mercadoria adaptável às necessidades do consumidor, e o que apresenta de duradouro e não consumível em sua essência. A respeito dessa contradição observa que:

*"a expressão do bem-de-consumo, indiferente àquela a que se prende, coloca o livro, para aqueles que não são precisamente familiarizados com a técnica bibliográfica, numa contradição difícil de explicar-se, mas justamente a bem de sua profundidade, tanto mais enervante em relação à forma do livro como material e espiritual ao mesmo tempo"* (1991:18).

A possibilidade de o livro superar sua condição de mercadoria encontra-se na relação de uso que dele se fizer. O mercado é sedutor, ele arrebatava o leitor e o transforma em mero consumidor. Na metáfora criada por Adorno para explicar o entrelaçamento do mito e do trabalho racional, podemos encontrar explicações para a questão contraditória da constituição do livro e da superação da supremacia de suas características mercadológicas.

Ao descrever as aventuras em que Ulisses sai vitorioso, Adorno lembra que são todas elas perigosas seduções que desviam o eu da trajetória de sua lógica e que “*ele cede sempre a cada nova sedução, experimentando-a como um aprendiz incorrigível*”. Saber em que consiste sua identidade e que lhe possibilita sobreviver é resultado da substância inerente à experiência de tudo que é múltiplo, que desvia e que dissolve. E “*o sobrevivente sábio é ao mesmo tempo aquele que se expõe mais audaciosamente à ameaça da morte, na qual se torna duro e forte para a vida (...) O recurso do eu para sair vencedor das aventuras: perder-se para se conservar, é a astúcia.*” (1991:56-57)

Adorno explica que o esquema da astúcia ulissiana é a dominação da natureza mediante sua assimilação e em seguida afirma: “*A fórmula para a astúcia de Ulisses consiste em fazer com que o espírito instrumental, amoldando-se resignadamente à natureza, dê a esta o que a ela pertence e assim justamente a logre*” (1991:63).

Ulisses confirma a possibilidade de ouvir o “canto das sereias” e a elas não sucumbir, não as desafia, não toma caminho evitando passar pela ilha das Sereias e nem se considera livre das sedutoras, “*na presunção de que sua liberdade constitua proteção suficiente*” (ADORNO, 1991:64).

Adorno tece as possibilidades da racionalidade pela astúcia descrevendo assim a aventura de Ulisses:

*“Ele se apequena, o navio toma sua rota predeterminada e fatal, e ele se dá conta de que continua como ouvinte entregue à natureza, por mais que se distancie conscientemente dela. Ele cumpre o contrato de sua servidão e se debate amarrado ao mastro para se precipitar nos braços das corruptoras. Mas ele descobriu no contrato uma lacuna pela qual escapa às suas normas, cumprindo-as. O contrato antiquíssimo não prevê se o navegante que passa ao largo deve escutar a canção amarrado ou desamarrado. (...) Ulisses reconhece a superioridade arcaica da canção deixando-se, tecnicamente esclarecido, amarrar. Ele se inclina à canção do prazer e frustra-a como frustra a morte. O ouvinte amarrado quer ir ter com as Sereias como qualquer outro. Só que ele arranhou um modo de, entregando-se, não ficar entregue a elas.”*(1991:64)

A astúcia ocorre como meio de troca para lograr o parceiro, sem no entanto desrespeitar um contrato. Desafia-se racionalmente o perigo para alcançar o entendimento e superar a condição de servidão.

A situação imposta pela indústria editorial quanto à produção, divulgação e circulação do produto livro faz com que o leitor/consumidor embarque numa “odisséia” para garantir sua autonomia na relação travada com a obra. O mercado, tal qual os inimigos de Ulisses, prepara ações extremamente sedutoras para conduzir o leitor à condição única e exclusiva de consumidor, desviando-o de uma trajetória que lhe possibilite autonomia e autoria no ato de ler. Tal qual Ulisses, o leitor, e no estudo em questão, os mediadores da leitura para crianças deveriam ter a astúcia para superar o “canto das sereias” da indústria cultural que propõe a troca da autonomia pela gratuidade de ações (doações de livros, cursos entre outras) que nada mais são que estratégias de publicidade que lhes garantem exclusividade na comercialização das obras.

E, para superar essa condição de “entreposto” do mercado editorial na comercialização do livro e transformar-se em um sujeito com a astúcia suficiente para se utilizar da indústria como recurso para suas ações pedagógicas em torno da leitura, há de se buscar o desvelamento de todo o processo de produção em que o professor também encontra-se diretamente envolvido.

## **2.0 A indústria cultural**

Tomando o livro de literatura infantil como um produto de retorno garantido para o mercado editorial e com características, portanto, de mercadoria que transita no espaço escolar, o conceito de indústria cultural é importante para a elucidação dos processos constitutivos do livro produto.

A condição de superação do papel de entreposto de venda de livros, exercida pelas instituições escolares, é dada pela apreensão teórica da forma como um livro se torna produto de consumo da indústria cultural e, tendo em vista esses elementos constitutivos, retome as possibilidades de resgate de suas características

inerentes à uma criação artística. A compreensão dessas questões exige ainda o aprofundamento teórico do modelo de cultura construído pela sociedade moderna, marcada pela indústria cultural, pelo desvelamento da racionalidade que estrutura a funcionalização da leitura do livro literário na educação global do indivíduo.

O termo *indústria cultural* foi empregado por Adorno e Horkheimer em 1947 no livro *A dialética do esclarecimento* e a princípio tratava-se do problema da cultura de massas. A expressão cultura de massas foi abandonada pelos autores e substituída por *indústria cultural*. No entendimento dos autores, *cultura de massas* seria a cultura surgida espontaneamente das próprias massas, da forma contemporânea da arte popular, sendo que a *indústria cultural* se distingue radicalmente desta por constituir-se pela união dos domínios da arte superior e da arte inferior, com prejuízo para ambas. Para os autores, “*a indústria cultural é a integração deliberada, a partir do alto, de seus consumidores*”. (ADORNO, 1994:94)

As massas deixam de ser fator primeiro de preocupação, para se tornarem elemento secundário do processo de produção a partir da especulação do estado de consciência e inconsciência de milhões de pessoas, exercida pela indústria cultural. O consumidor não é sujeito dessa indústria, e sim objeto dela; não é a medida mas a ideologia dessa indústria.

Adorno e Horkheimer, no livro *a Dialética do Esclarecimento*, a partir da análise do movimento real da sociedade burguesa, apontam para o modelo de cultura do homem moderno, em que a técnica conquista terreno e poder sobre a sociedade. Essa relação transforma a cultura genuinamente popular de massas em produtos que se adaptam ao consumo das massas. Na sociedade contemporânea, as coisas e os seres tendem a se transformar em mercadorias, sendo orientados pela exigência do lucro. Sob a ótica da indústria cultural, os bens culturais passam a ser identificados com a necessidade produzida.

A sociedade industrial instalou em todas as esferas da vida humana o modelo da “*gigantesca maquinaria econômica*”, atingindo tanto o trabalho quanto o descanso do indivíduo e a indústria cultural desenvolveu-se transformando suas manifestações em reproduções modelados pela indústria em seu todo, com o

predomínio do efeito, da performance do produto final. Instaurou-se uma falsa identidade do universal e do particular. Ao reproduzir as engrenagens da estrutura econômica, a indústria cultural apropriou-se da técnica como meio de padronização e de produção em série, disseminando bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais. Adorno afirma que “*a indústria cultural desenvolveu-se com o predomínio que o efeito, a performance do tangível e o detalhe técnico alcançaram sobre a obra, que era outrora o veículo da Idéia e com essa foi liquidada*”. A perda da totalidade da criação artística levou à uma uniformização do todo com seus detalhes, que passaram a exibir os mesmos traços, “*na medida em que entre eles não existe nem oposição nem ligação*”(1985:118).

A indústria cultural empresta a seus produtos um caráter de montagem semelhante ao da indústria em geral, alienando-os de sua totalidade significativa a partir da separação dos elementos que o constituem e delegando a eles finalidades exteriores ao que a obra representa. Os bens culturais tornam-se mercadorias embaladas com características externas produzidas para fins puramente publicitários. O aspecto exterior da obra não garante sua essência, “*tanto técnica quanto economicamente, a publicidade e a indústria cultural se confundem*”(1985:158).

O poder da indústria cultural provém de sua identificação com a necessidade produzida e as manifestações culturais transformadas em produtos de entretenimento e diversão, e “*na exigência do entretenimento e relaxamento, o fim absorveu o reino da falta de finalidade*”. No entanto, a pretensão de utilizar a arte se torna total e transforma a estrutura econômica interna das mercadorias culturais. Assimilando-se por completo à necessidade, a criação artística é percebida do ponto de vista da possibilidade de servir para outra coisa qualquer. Na perspectiva de Adorno,

*“ o que se poderia chamar de valor de uso na recepção dos bens culturais é substituído pelo valor de troca; ao invés de prazer, o que se busca é assistir e estar informado, o que se quer é conquistar prestígio e não se tornar um conhecedor. (...) Tudo só tem valor na medida em que se pode trocá-lo, não na medida em que se é algo em si mesmo. O valor de uso da arte, seu ser, é considerado como um fetiche, e o fetiche, a avaliação social que é erroneamente entendida como hierarquia das obras de arte — tornou-se seu único valor de uso, a única qualidade que elas desfrutam.”* (1985:148)

E é exatamente no plano dessa necessidade produzida que se localiza o livro de literatura infantil, ao ser colocado no mercado escolar para ser consumido. Ao classificar seus livros num catálogo de divulgação, a indústria editorial transforma-os em produtos adequados às necessidades detectadas ou criadas para as escolas. Na realidade, o livro continua a ser o mesmo, mas sua publicidade corresponde às necessidades previamente traçadas pelo mercado.

Estudar a construção do leitor à luz da indústria cultural leva à reflexão sobre o caráter mercantil que a educação do indivíduo alcançou pela padronização e generalização do modo de produção. Para Adorno, *“a indústria cultural realizou maldosamente o homem como ser genérico”*(1985:136).

Apesar de atestar *“que a universalização da indústria cultural e a eliminação do privilégio da cultura pela venda dos bens culturais”* servem, *“nas condições sociais existentes, justamente para a decadência da cultura e para o progresso da incoerência bárbara”* (1985:150), Adorno ainda aposta na educação, enquanto formação do indivíduo, como sendo capaz de proporcionar a emancipação pela autonomia da razão.

O processo de coisificação, pelo predomínio da indústria cultural que tudo administra e controla supõe o triunfo da razão instrumental sobre a razão prática: *“o domínio do mundo natural exterior através da razão instrumental levou ao controle do mundo social e também da natureza interior do homem, de sua consciência crítica, de sua capacidade de autonomia enquanto sujeito”* (ADORNO,1995:247). A razão instrumental constitutiva do mundo moderno determina o lucro como critério orientador da ação, em termos políticos e sociais, ameaçando a consciência crítica. A razão instrumental traduz, portanto, a reificação das consciências, o resultado do predomínio do aspecto instrumental da razão. No texto *Conceito de Iluminismo*, Adorno e Horkheimer caracterizam a constituição da razão instrumental como o processo técnico pelo qual a consciência do indivíduo foi reificada, porque sua capacidade de significar foi estirpada e *“a própria razão tornou-se mero instrumento auxiliar do aparato econômico que tudo abrange”*, tornando-se *“puro órgão dos fins”*(1991:22).

A teoria crítica da sociedade e os temas relacionados com a sociedade industrial apontam para a possibilidade de resgate do elemento emancipatório da razão, como esclarecimento e libertação. Na força do pensamento crítico, estariam as possibilidades de resistência à razão instrumental do mundo administrado. A instrumentalização da cultura na sociedade capitalista, em que a indústria cultural “*confere a tudo um ar de semelhança*”, atrofiando o pensamento e a manifestação humana, excluindo a diversidade e fazendo desaparecer a capacidade crítica do homem, transformou-se em instrumento de controle social, de mercantilização dos bens culturais. A formação cultural do indivíduo foi-se transformando gradativamente em semiformação e inevitavelmente obstruindo sua vida sensorial. (HORKHEIMER & ADORNO, 1991:113)

Contraditoriamente, a possibilidade de superação da razão instrumentalizada está dada pelo investimento na educação, enquanto formação cultural, como um dos meios de negação do mundo administrado. Nesse sentido, Adorno afirma que “*a educação só teria pleno sentido como educação para auto-reflexão crítica*”(1995:121). O resgate da educação como possibilidade de promoção da reflexão crítica é colocada por Adorno como condição para que a barbárie de Auschwitz não se repita:

“*o único poder efetivo contra o princípio de Auschwitz seria a autonomia, para usar a expressão Kantiana; o poder para a reflexão, a auto-determinação, a não-participação*”(1995:125).

Bruno Pucci afirma que, para Adorno, a educação é antes de tudo esclarecimento e que a educação pelo esclarecimento pode produzir condições para a modificação de atitudes como a barbárie, mesmo que não possa evitar o “*aparecimento dos construtores e ideólogos da barbárie*”(PUCCI, 1995:47). A auto-reflexão constitui, no pensamento adorniano, um elemento fundamental na luta pela emancipação, que se torna educativa quando esclarece e desnuda os mecanismos de alienação e de manipulação ideológica do sistema e revela verdades não dimensionadas pela sociedade, pelo desvelamento das rupturas, descontinuidades e tensões da história. Nesse sentido, portanto, a escola tem um papel fundamental no estabelecimento das condições de autonomia, de consciência e de liberdade do sujeito.

A educação na modernidade conferiu à escola o papel de transmitir e conservar a cultura e os conhecimentos universais reconhecidos, para que o indivíduo atuasse na sociedade. Assim sendo, a escola tornou-se o espaço privilegiado, embora não exclusivo, da formação educacional e da constituição da razão do homem como sujeito autônomo, para que este, a partir de ações conscientes possa, ser o construtor de si e do mundo.

## CAPÍTULO II

### O LIVRO DE LITERATURA INFANTIL NA ESCOLA BRASILEIRA E A ATUAÇÃO DO MERCADO

#### 1.0 Considerações iniciais

Do ponto de vista histórico, a ênfase na forma literária ocorreu simultaneamente à difusão e universalização da alfabetização, a partir do século XVIII, com a instalação plena da revolução industrial. Com a reforma da escola, a partir do ideário iluminista, o estímulo à formação pessoal e o domínio da leitura e da escrita foram bastante valorizados, tendo a forma literária como principal suporte. A aprendizagem da leitura passou a atender a vários interesses de inserção do sujeito na sociedade e a escola assumiu o papel de intermediária entre o indivíduo e a literatura.

A industrialização e o avanço dos recursos tecnológicos, ocorridos no século XVIII, impulsionaram o crescimento e a modernização da sociedade burguesa. E, com o aperfeiçoamento da tipografia, expandiu-se a produção de livros e a proliferação dos gêneros literários, entre eles, a literatura infantil. Desde essa época, a literatura infantil assume, segundo a discussão feita por Zilberman & Lajolo sobre o surgimento do gênero, a “condição de mercadoria”. Como dependessem da capacidade de leitura das crianças — ou, mais precisamente, da habilitação da criança para o consumo de obras impressas — os laços entre a literatura e a escola se estreitaram, firmando a literatura infantil na posição de subsidiária da educação (1987:18).

Segundo as autoras, essa relação coloca a literatura, “*de um lado, como intermediária entre criança e a sociedade de consumo que se impõe aos poucos, e, de outro, como caudatária da ação da escola, a quem cabe promover e estimular como condição de viabilizar sua própria circulação*” (1987:18). Assim sendo, a literatura infantil encontra-se

*“no bojo dos processos que vêm marcando a sociedade contemporânea desde os primeiros sinais de implantação desta, permitindo-lhe indicar*

*a modernidade do meio onde se expande. Tem características peculiares à produção industrial, a começar pelo fato de que todo livro é, de certa maneira, o modelo em miniatura da produção em série. E configura-se desde sua denominação — trata-se de uma literatura para — como criação visando a um mercado específico, cujas características precisa respeitar e mesmo motivar, sob pena de congestionar suas possibilidades de circulação e consumo”.* (ZILBERMAN & LAJOLO,1987:18)

A fim de explicitar as características contraditórias que definem a literatura infantil, Zilberman & Lajolo enumeram suas peculiaridades a partir das interferências do mercado e da escola, como ingerências de fatores externos. E, apesar de as freqüentes concessões interferirem na qualidade artística dos textos, sem concessões de qualquer natureza, *“a literatura não subsiste como ofício”*(1987:19). Embora limitada pelos condicionamentos externos, tanto de caráter social quanto de mercado, a literatura infantil consegue estabelecer um espaço próprio e inalienável de atuação por ainda atingir o interesse infantil.

Prosseguindo no delineamento do perfil da literatura infantil, as autoras levantam duas outras características. De um lado a utopia do adulto deixa transparecer nos livros — *“o modo como o adulto quer que a criança veja o mundo”* — o que poderia fazer o gênero padecer do perigo do *“ escapismo, da doutrinação ou de ambos”*(1987:19). Por outro lado, mesmo sendo instrumento usual de formação na escola ou na família, a obra literária ainda consegue desestabilizar a postura doutrinária e didática, e até supera essa inclinação, pela incorporação do universo afetivo e emocional da criança ao texto ficcional, ao traduzir as experiências interiores do leitor infantil.

É desse modo que Zilberman & Lajolo descrevem os dois pólos que configuram a tensão que direciona a produção ficcional para crianças e que se mostra como desafio para quem escreve e para quem com ela trabalha. E conclui que: *“do deciframento do enigma emerge o texto criativo e se evidenciam as qualidades artísticas da literatura infantil, englobando-a ao setor mais geral da arte literária”*(1987:20).

Guardando as características e elementos próprios locais, o panorama da literatura infantil brasileira não é diferente, quando comparado às manifestações

literárias europeias para crianças do século XIX. E a história do mercado editorial brasileiro segue o mesmo percurso escolarizado do europeu, apesar de seu surgimento ter se dado muito tempo depois, praticamente no século XX.

## 2.0 O livro de literatura infantil brasileiro<sup>3</sup>

O primeiro material de leitura disponível para as crianças brasileiras surgiu nas últimas décadas do século XIX, a partir de traduções e adaptações de obras infantis estrangeiras, como *Contos seletos das mil e uma noites* (1882), *Robson Crusoe* (1885), *Viagens de Gulliver* (1888), *As aventuras do celeberrimo Barão de Münchhausen* (1891), *Contos para filhos e netos* (1894), *D. Quixote de La Mancha* (1901) e mais os tradicionais contos de fadas dos irmãos Grimm, de Andersen e de Perrault (ZILBERMAN & LAJOLO, 1987:29).

Com um panorama fortemente marcado por publicações estrangeiras, surgiram na época “*apelos nacionalistas e pedagógicos*”, o que favoreceu o surgimento da produção de livros infantis brasileiros. O segmento foi representado por Júlia Lopes de Almeida e Adelina Lopes Vieira com o livros *Contos infantis* (1886), Olavo Bilac e Coelho Neto com *Contos pátrios* (1904), Júlia Lopes de Almeida (1907) com *As histórias de nossa terra*, entre outros autores. E em 1921, após manifestar sua preocupação com a literatura para crianças, a partir de uma linguagem que as interessasse, Monteiro Lobato publica *Narizinho Arrebitado*. Já famoso como escritor, Lobato passa a investir na literatura infantil, como autor e editor, marcando de forma determinante, com sua produção, o gênero no Brasil.

Monteiro Lobato foi o divisor de águas da literatura infantil e juvenil brasileira na primeira metade do século. Depois dele, o florescimento da área teve início na década de 70 a partir de uma produção inovadora representada por nomes como: Ana Maria Machado, Ruth Rocha, Sylvia Orthof, Ziraldo, Bartolomeu Campos Queirós, Elias José, Fernanda Lopes de Almeida, Joel Rufino, João Carlos Marinho, Lygia Bojunga Nunes, Wander Piroli entre tantos outros.

<sup>3</sup> O trabalho de pesquisa voltou-se para a análise do livro de literatura infantil como produto da indústria editorial e não para uma análise literária do gênero.

A explosão editorial da literatura infantil ocorrida na década de setenta e o surgimento de grandes autores do gênero pode ser vista considerando dois acontecimentos: uma publicação surgida no final da década de sessenta e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases em 1971.

Marco importante na história do livro infantil a criação da revista *Recreio*, em 1969, pela Editora Abril, em São Paulo, promoveu a revelação de grandes autores. Publicação mensal destinada ao público infantil, era organizada por Sônia Robato, também autora do gênero, que convidou Ana Maria Machado para escrever histórias para a publicação. Esta por sua vez chamou Sylvia Orthof e Ruth Rocha e Joel Rufino dos Santos e muitos outros. Enfim, além de marcar época, a revista lançou vários dos atuais escritores consagrados da literatura infantil brasileira.

A Lei 5692/71, a Lei de Diretrizes e Bases que instituiu a reforma de ensino de 1º. e 2º. graus, continha a recomendação de adoção de obras literárias na escola, ou mais especificamente, da leitura, em sala de aula, de autores nacionais. Esse incentivo legal fez a indústria editorial desenvolver e solidificar o setor dos livros literários para crianças e jovens. Estava, desse modo, institucionalizada a relação de dependência entre a produção de livros de literatura infanto-juvenil e o contexto escolar. Com isso incentivava-se, na perspectiva de Martins (1990), a busca de meios e recursos metodológicos e mercadológicos para condicionar a ligação das escolas com o livro, sem, no entanto, criar condições para a formação do professor mediador. O professor passava a ser o intermediário das editoras no processo de comercialização dentro das próprias escolas, a partir de estratégias de *marketing* e comissões nas vendas diretas. Nessa perspectiva, a leitura do livro infantil tornava-se prática imposta e controlada a partir das fichas editadas pelas próprias editoras. O despreparo do professor reduziu as possibilidades metodológicas do trabalho com o livro de literatura na escola à checagem de informações sobre o enredo feita pelas fichas literárias, transformando metodologia em instrumento de solidificação do mercado editorial no contexto escolar. Até então, as editoras não lançavam obras tendo em vista a escola como fonte direta de consumo.

Um dos objetivos da Lei de Diretrizes e Bases era garantir a leitura de textos integrais de autores da literatura brasileira, uma vez que o ensino da literatura

se fazia por meio de antologias. Assim, a literatura infantil brasileira, restrita até então à obra de Monteiro Lobato, recebeu um impulso, cresceu e prosperou. As editoras abriram as portas a esse novo segmento e os autores mais significativos da literatura infanto-juvenil nacional despontaram nesse momento e se firmaram com obras que alcançam um nível de qualidade realmente excepcional nas décadas de 1980 e 1990. Portanto, a política educacional brasileira favoreceu, com a obrigatoriedade da adoção de livros pela escola, o aparecimento e o florescimento do grande filão editorial brasileiro da atualidade, a literatura para crianças e jovens.

Antes mesmo dessa grande mudança impulsionada pela lei 5.692/71, na segunda metade da década de 1960, verifica-se uma série de fatores que contribuíram para o florescimento do segmento editorial do livro infanto-juvenil. A ampliação do sistema educacional público favoreceu não só o acesso à educação de camadas da população menos privilegiadas economicamente como também, e conseqüentemente, o desenvolvimento do mercado livreiro. A Era Vargas inaugurou a fase da tutela do Estado, em que ele era o grande incentivador da produção editorial, emitindo listas das obras autorizadas aos estados pelo MEC, promovendo concursos de livros didáticos, co-editando obras para uso escolar, patrocinando títulos, criando programas e projetos que se tornaram o melhor filão do faturamento das editoras brasileiras. O resultado foi o benefício cada vez mais acentuado ao setor editorial privado, que passou a vender um volume de livros cada vez maior ao governo federal.

A partir dos anos 60, a indústria gráfica se modernizou e passou a contar com sofisticados recursos que possibilitaram a elevação do padrão gráfico dos livros, bem como uma produção em larga escala. O Estado intensificou o investimento na cultura, por meio da criação e fortalecimento de instituições e órgãos como o Conselho Federal de Cultura e o Instituto Nacional do Livro. O resultado dessa modernização, que se estendeu pelos anos 70, foi o aprofundamento da relação de dependência entre a literatura infantil e a escola, prevista na legislação que, além de legitimar a destinação pedagógica do gênero, recomendou sua adoção em massa.

Em 1968, surgiu a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil—FNLIJ, entidade não governamental, sem fins lucrativos, com a finalidade de difundir o livro infantil e juvenil de qualidade e promover a leitura, como centro aglutinador e

diretor dessas iniciativas. Como seção brasileira do IBBY — International Board Book for Young People — órgão consultivo da Unesco para o livro infantil e juvenil, a FNLIJ inseriu o país num movimento cultural nacional e internacional através de congressos, feiras de livros, distribuição de prêmios literários e manuais de leitura ao público em geral e às escolas.

A existência dessas instituições e a frequência das ações voltadas para o livro pressupõem um setor editorial desenvolvido e um mercado com uma demanda elevada. Nesse sentido, Lajolo e Zilberman (1987) confirmam o incentivo dado ao mercado editorial brasileiro pela política cultural posta em prática pelos governos pós - 64, com o projeto político e econômico que foi adotado. O acordo MEC - USAID (1964-69), conforme relata Freitag e colaboradores, no documento *O estado da arte do livro didático no Brasil* (apud Carvalho, 1991:26), resultou no convênio entre o MEC, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros—SNEL e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional—USAID, que deu início ao primeiro plano nacional para a produção, edição, aprimoramento e distribuição de livros técnicos e didáticos. Esse acordo notabilizou-se pelas negociações de favorecimento do mercado livreiro, a partir do desencilhamento do estoque existente nas editoras.

Durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, várias ações e programas na área educacional giraram em torno da produção editorial brasileira envolvendo iniciativas bastante favoráveis à indústria livreira. Em 1971, a COLTED — Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático, foi substituída pelo PLID — Programa do Livro Didático — sob a direção do Instituto Nacional do Livro, INL, que atendia todos os níveis de ensino: fundamental, médio, superior e supletivo. O objetivo básico do programa era a co-edição de livros didáticos para cada um desses níveis, barateando seu custo. Por seu alcance, o programa relativo ao livro didático para o ensino fundamental recebeu maior atenção e foi o único a sobreviver. Os objetivos se ampliaram para além do barateamento do livro didático, pretendendo ainda, garantir a distribuição de todo material didático para as escolas de 1º. grau e estimular o aprimoramento da qualidade do livro por meio da definição de critérios técnicos e pedagógicos para um processo de seleção e avaliação.

Em 1976, o Programa do Livro Didático dirigido pelo INL em regime de co-edição com as editoras foi assumido pela Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), que passou a ter entre suas competências a definição de diretrizes para a produção de material escolar e didático, assegurando sua distribuição em todo território nacional, a formulação de um programa editorial e a execução do programa do livro didático (CARVALHO, 1991:30).

Através de convênios firmados com as Secretarias Estaduais de Educação, a FENAME distribuía um determinado número de livros aos alunos considerados carentes da rede oficial de ensino de 1º. grau. Esse programa foi fortemente combatido por editores e livreiros que acusaram a FENAME de invadir o mercado de livros didáticos com a produção e comercialização de atlas e dicionários, entre outros materiais, em seus postos de venda, com preços altamente subsidiados, prejudicando a produção similar do setor privado.

Subordinada ao MEC, surgiu, em 1983, a Fundação de Assistência ao Estudante — FAE, reunindo sob sua tutela uma série de programas de assistência ao estudante, da pré-escola ao 2º. grau, para facilitar o processo didático-pedagógico. Assim sendo, o programa do livro didático para o ensino fundamental passou às mãos da FAE e, em 1985, transformou-se no Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, ainda vigente, que passou a distribuir livros para todos os alunos da 1ª. à 8ª. séries do 1º. grau da rede pública de ensino (decreto no. 91.542, de 19/08/85). A partir desse programa, o Estado tornou-se o maior comprador de livros didáticos do país e, conseqüentemente, passou a sofrer todo tipo de pressão por parte dos *lobbies* da indústria editorial.

Embora seja o maior comprador, durante anos o poder público não fez valer seu poder para exigir qualidade dos livros e somente depois de muita pressão de setores ligados à educação, em 1997 que, com base em critérios discutíveis, os livros didáticos adotados nas escolas públicas passaram por uma avaliação mais rigorosa. O MEC editou então o Guia do Livro Didático de 1ª. a 4ª. séries para o ano de 1998. O guia apresenta os títulos inscritos pelas editoras para o Programa Nacional do Livro Didático—PNLD e é produto de um processo de avaliação realizado por professores especialistas que recomendam algumas obras, para auxiliar o professor no processo de

seleção do livro a ser adotado nas áreas de língua portuguesa, matemática, ciências e estudos sociais .

Apesar de discutir questões relativas a aspectos dos livros, como adequação dos conceitos usados, pertinência dos exercícios propostos, contribuição gráfica para o processo de aprendizagem, a partir de pistas e resenhas sobre esses assuntos, o guia não garante o apoio efetivo para uma nova forma de emprego do livro didático em sala de aula, uma vez que o professor não está qualificado para interferir no processo de seleção desse material e irá esbarrar numa série de dificuldades.

Considerando as áreas de português, matemática, ciências e estudos sociais, de 1a. a 4a. séries, o MEC avaliou 454 livros didáticos e somente 14,5% foram recomendados pela comissão de especialistas responsável pela análise dos livros. Esses livros foram aprovados sem nenhuma restrição e receberam três ou duas estrelas na classificação adotada pelo guia. Os títulos recomendados com ressalvas receberam apenas uma estrela e os que não foram recomendados porque continham textos imprecisos ou inadequados para uso em sala de aula, por não apresentarem erros graves, tiveram de ser incluídos no guia. No entanto, o objetivo do MEC é induzir o professor a adotar apenas os livros estrelados.

Nesse sentido, a própria apresentação do guia foi pensada de modo a induzir o professor a adotar os livros sugeridos pelo MEC, uma vez que os aprovados mas não recomendados só aparecem no final do volume. No entanto, o MEC deverá contar com o *lobby* feito pelas editoras diretamente nas escolas, com a doação de exemplares de divulgação para que escolham seus livros. Pensando nisso, o MEC garante que em 1998 será mais rigorosa a avaliação dos livros, excluindo totalmente os não recomendados e estabelecendo que somente os livros que compõem o guia poderão ser escolhidos pelos professores da rede pública.

Apesar de a política de distribuição de livros do governo federal ser mais intensa na área do livro didático, também alcança a produção de literatura. Em 1984, a partir de uma iniciativa da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, que criou um programa de implantação de salas de leitura nas escolas públicas gaúchas para garantir a leitura recreativa no espaço escolar, a FAE criou o Programa Salas de

Leitura. Esse programa distribuiu acervos de literatura infanto-juvenil às escolas municipais, através das prefeituras e enviou por um tempo a assinatura de publicações periódicas brasileiras; *Nova Escola*, *Ciência Hoje*, *Sala de Aula*, *O Correio da Unesco*, *Ensino de Ciência para Crianças*, *Educação Municipal*, *Tecnologia Educacional* e a revista *Leia*.

Essa rápida análise da política desenvolvida pelo governo federal em relação ao livro escolar deixa mostras da descontinuidade das ações e da falta de incorporação dessas ações a uma política educacional maior, uma vez que a questão do livro escolar tem sido tratada ao longo dos anos de forma isolada. A inserção do livro no universo escolar enquanto elemento mediador do conhecimento ultrapassa a questão da distribuição de livros e não pode ser tratada de forma compensatória. A ampliação da faixa de acesso ao livro, seja ele de natureza didática, informativa ou literária, depende da alteração das atividades didáticas desenvolvidas na escola, do processo de formação do professor e da existência de acervos adequados e atualizados. No entanto, a política desenvolvida ao longo dos últimos trinta anos caracterizou-se por ações de distribuição de livros que, com o passar do tempo, foi-se expandindo para todas as séries, disciplinas e mesmo obras ficcionais e passou a atingir indiscriminadamente os ditos *alunos carentes e não carentes*.

A política distribuicionista de livros do governo fez que as editoras criassem departamentos específicos para atender os programas oficiais, como o *Departamento de Assuntos Governamentais e Projetos Especiais* da Editora Moderna que tem como principal objetivo ser o elo de ligação entre os órgãos públicos e a empresa. E é o órgão de divulgação da editora — *Moderna Imagem*<sup>4</sup> — quem divulga a participação do governo no seu faturamento global. Os órgãos com quem a Editora Moderna mantém contatos mais frequentes são: o FNDE — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; a FDE — Fundação para o Desenvolvimento da Educação; a SUPEME — Superintendência Municipal de educação (São Paulo), Secretaria Municipal de Cultura (São Paulo); a CENP — Coordenadoria de Estudos e

<sup>4</sup> Publicação trimestral de divulgação da Editora Moderna dirigida a professores, escolas, órgãos públicos, bibliotecas etc.

Normas Pedagógicas; a FNLIJ — Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil<sup>5</sup>, as secretarias de estado de educação e as bibliotecas públicas.

Apesar de o Departamento de Assuntos Governamentais e Projetos Especiais estar voltado para atender mais diretamente ao MEC, as listagens de livros utilizadas nas escolas públicas como recomendadas pelo governo acabam por influenciar, também, os professores da rede particular na seleção dos livros a adotar. E a responsável pelo setor explica:

*“Essa influência tende a não se restringir apenas aos livros didáticos. Segundo informou o presidente do FNDE recentemente, a partir de 1999 crescerá a importância dos livros paradidáticos — em detrimento dos didáticos — nas compras do governo.”* (NASCIMENTO, 1998:04)

E se este é “o grande filão”, o negócio é investir. Assim, a editora termina baseando muitas de suas ações dirigidas para o setor das escolas privadas na política do MEC. Ou seja, a editora transforma os parâmetros curriculares em “tendências de mercado”, como se pode conferir na declaração da responsável pelo Departamento de Assuntos Governamentais e Projetos Especiais da Editora Moderna:

*“Para que possamos otimizar as oportunidades de venda para o governo, precisamos estar bem atentos às novas tendências de mercado, como os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, dispor de coleções voltadas para a linha construtivista e ter um catálogo bem diversificado, já que o governo compra livros didáticos de praticamente todas as disciplinas, obras de referência, literatura infantil e juvenil e paradidáticos de não - ficção. (...) O governo sinaliza que pretende aumentar, a cada ano, a compra de livros para os alunos de escolas públicas(...).”* (NASCIMENTO, 1998:04)

Diferentemente da legislação educacional apoiada na Lei 5.692/72, que recomendava a adoção de obras literárias nas escolas, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais—PCNs, decorrentes da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, todo e qualquer tipo de texto é considerado como unidade de ensino. De sorte que o texto literário é tratado em sua especificidade,

<sup>5</sup> Esta instituição encontra-se, equivocadamente, entre os órgãos públicos, uma vez que é uma instituição privada sem fins lucrativos que, aliás, não promove qualquer tipo de compra de livros de qualquer natureza e sim é responsável por um dos maiores prêmios em quantidade de categorias da produção editorial brasileira na área de literatura infantil.

ressaltando-se a necessidade de incorporá-lo às práticas cotidianas da sala de aula, como uma forma específica de conhecimento, conforme se lê nos parâmetros da língua portuguesa:

*“A questão do ensino da literatura ou da leitura literária envolve(...) esse exercício de reconhecimento das singularidades e das propriedades compositivas que matizam um tipo particular de escrita. Com isso, é possível afastar uma série de equívocos que costumam estar presentes na escola em relação aos textos literários, ou seja, tratá-los como expedientes para servir ao ensino de boas maneiras, dos hábitos de higiene, dos deveres do cidadão, dos tópicos gramaticais (...) Postos de forma descontextualizada tais procedimentos pouco ou nada contribuem para a formação de leitores capazes de reconhecer as sutilezas, as particularidades, os sentidos, a extensão e a profundidade das construções literárias.”(PCNs, 1998:12)*

No entanto, mesmo com essa nova orientação para a utilização de texto literário no ambiente escolar, não são propiciadas informações e formação aos professores, que deveriam intermediar a relação com os livros, a fim de poderem criar condições favoráveis ao desenvolvimento da leitura desse tipo de texto nas escolas. Os dez volumes contendo os novos parâmetros curriculares estão sendo enviados diretamente para 600.000 professores de todo o Brasil, e sua aplicação está sendo viabilizada pela TV Escola. Por se tratar de um documento com bases teóricas que reorientam o trabalho didático-pedagógico do professor de 1<sup>a</sup>.a 4<sup>a</sup>. série do ensino fundamental e por ser do conhecimento geral que a rede pública tem um número considerável de professores leigos, coloca-se em dúvida a eficiência de alguns programas da TV Escola na implementação dos novos parâmetros.

Apesar do avanço constatado no tratamento da literatura infantil nos parâmetros e da real necessidade de se promover o acesso aos livros, não encontramos na atual política desenvolvida pelo governo situações concretas que garantam o processo de formação integral do professor em exercício, como exige a nova LDB. O que podemos constatar é o crescimento da relação de dependência entre a produção de livros para o estudante e o contexto escolar, uma vez que os instrumentos para viabilizar a implantação dos novos parâmetros parece ancorar-se apenas na distribuição de livros dispostos em coleções previamente criadas para atender as novas ‘tendências’ educacionais.

Portanto, ainda hoje, prevalece a visão simplista de que a crise da leitura pode ser resolvida mediante a distribuição de livros e a oferta de cursos de treinamento para utilização desse material, agora veiculados pelas parabólicas do MEC. Para Zilberman (1988), os programas oficiais de ampliação do acesso ao livro e de treinamento para melhorar a metodologia de trabalho com a leitura no contexto escolar desconsideram a real situação de funcionamento da escola, suas atividades didáticas e a formação do professor e se transformam em programas que compensam a falta de discussão desses fatores com uma pequena concessão do que lhes falta.

Após décadas de intervenção do governo na área do livro escolar, constata-se que a política distributivista de livros apenas expandiu-se para além do livro didático e continua autoritária e centralizadora, apesar da edição, pelo MEC, do novo *Guia do Livro Didático*, que subsidia o professor na escolha da obra didática. A compra e distribuição dos livros didáticos e literários, para todas as escolas públicas brasileiras continua sendo feita, agora, pelo FNDE, que não leva em conta por exemplo a habilidade dos professores para a utilização desse material em sala de aula.

As políticas de distribuição de livros ao longo das últimas duas décadas, tentaram apenas 'remendar' a situação de precariedade do ensino, reforçaram a má utilização desse material pelas escolas e beneficiaram especialmente o setor editorial privado, maior defensor desses programas. Como o livro, em especial o de literatura, já foi incorporado ao processo de ensino da língua portuguesa e os novos parâmetros ressaltam a necessidade do uso de diferentes tipos de textos no ensino da língua, considerando as especificidades de cada um deles, resta a efetiva criação de condições concretas para a implementação dos PCNs, a partir da formação permanente dos professores. Essa formação deverá, inclusive, garantir ao professor maior autonomia e segurança para definir que livro deverá ser selecionado, dentre as inúmeras opções oferecidas pelo mercado, e utilizado por ele em sala de aula.

### **3.0 A indústria editorial e a escola:**

Por ter surgido associado ao fortalecimento da instituição escolar, o mercado editorial infantil brasileiro tem sua história traçada no contexto da escola.

Lajolo afirma que a circulação e o consumo do livro infantil no Brasil tem um percurso marcado pelo fortalecimento da instituição escolar, sendo que o caminho da literatura e da escola são paralelos. Por um lado, o mercado transforma o livro infantil em difusão e reforço de conteúdos e valores escolares e, por outro, a escola assume importante papel na consolidação do setor enquanto difusora de livros, patrocinando sua adoção e formando leitores (1986:45).

Desde o primeiro período de formação da literatura brasileira, os canais que agilizaram sua circulação e seu consumo encontram-se nas mãos do Estado, que distribui livros e agencia leitores, e da escola, fortalecendo a indústria editorial. Discorrendo sobre a estreita relação entre ações estatais, escola e circulação do livro infantil, Lajolo resgata assim as políticas de leitura brasileira, em que escola e literatura infantil se complementam:

*“Escola e literatura constituem [...] uma equação, onde a primeira, por ser instituição do estado, enleia a segunda em práticas políticas e ideológicas favorecedoras das classes dominantes que tanto se servem do livro para difusão de valores que lhes são caros como servem ao livro, na medida em que patrocinam sua adoção e incentivam seu consumo através de campanhas pela leitura.”*(1986:45)

Descrevendo algumas práticas adotadas pelo Estado que favoreceram o livre trânsito do mercado editorial na rede escolar brasileira, Lajolo (1986) lembra que estas foram mediadas pelo paternalismo e pela amizade dos escritores com pessoas que ocupavam cargos influentes no governo. Os primeiros autores infantis brasileiros pleitearam favores do Estado para conseguir conquistar o mercado escolar, uma das raras possibilidades de profissionalização do ofício de escritor. Entre os autores que se valeram do respaldo estatal, encontram-se Olavo Bilac e Júlia Lopes de Almeida, ainda no século passado.

Em que pese o esforço do escritor e editor Monteiro Lobato em modernizar a produção brasileira de livros, ele também beneficiou-se da adoção de *A menina do nariz arrebitado* por todas as escolas paulistas, na segunda metade da década de 20, no governo de Washington Luís. Apesar de contar com a proteção governamental, a adoção do livro *A menina do nariz arrebitado* por todas as escolas paulistas ocorreu em função de uma ação de *marketing* que perdura até hoje. Foi Lobato, o empresário, quem inaugurou o processo de divulgação dos livros através de

ofertas de exemplares para a análise e conhecimento das escolas, fato que Lajolo (1986) relata assim:

*“Acontece que estava na presidência de São Paulo o Dr. Washington Luís. Um belo dia ele saiu a percorrer os grupos escolares em companhia de Alarico Silveira, então secretário do Interior. Notou que em todas as escolas havia um livrinho de leitura extraprograma, muito sujinho e surrado. Lobato tivera excelente idéia: mandara imprimir, além dos 50 mil exemplares, mais 500, que ofertara, como propaganda, a todos os Grupos e Escolas do Estado. Como fosse absoluta novidade, a criançada atirou-se ao Narizinho. “Se este livro anda assim tão escançalhado em tantos Grupos — observou o Dr. Washinton Luís — é sinal de que as crianças gostam dele. Indaguem de quem é e faça uma compra grande, para uso em todas as escolas.” No dia seguinte Alarico telefonou ao autor, pedindo que passasse pela Secretaria.”(p. 47-48)*

A adoção de trinta mil exemplares, pelo então governo do Estado de São Paulo, converteu uma aventura comercial num excelente negócio, para a primeira edição de um livro que nasceu de uma imprudência editorial: uma tiragem de cinquenta mil exemplares, absurda não só para a década de 1920 como para os dias de hoje, em que as tiragens normais não ultrapassam cinco mil exemplares.

Além do método de divulgação por meio de distribuição gratuita de livros, Lajolo ressalta o trabalho do empresário Lobato, quando este moderniza radicalmente a prática editorial brasileira, investindo na editora e na expansão do mercado livreiro, ampliando pontos de vendas e arriscando investimento no “produto” livro por meio de anúncios em jornais e revistas. E, ao resgatar a figura do empresário e do escritor, lembra que o modo de produção lobatiano é extremamente moderno, com uma prática literária transformada em *“instrumento e fruto de modernização social”* (1986:49). As histórias do Sítio do Picapau Amarelo giram em torno de vários elementos, situações e personagens que aparecem e se repetem ao longo dos 17 volumes de sua coleção infantil, estabelecendo certa continuidade de uma obra para outra. A própria narrativa resgata episódios anteriores ou simplesmente menciona no corpo do texto ou mesmo em notas de rodapé os outros títulos existentes. Essa forma de propaganda configura o que Lajolo chama de *“embrião de merchandising, recurso extremamente moderno e eficiente para a criação e manutenção de um leitorado cativo”*(1986:49).

Essa estratégia de criação de Lobato, de disseminar por toda sua obra infantil *nuances* de elementos que estabelecem vínculos entre as várias histórias e a continuidade de uma para outra fez escola e podemos identificar e citar alguns autores que seguiram o procedimento das coleções interdependentes: João Carlos Marinho, com quase uma dezena de títulos em torno das aventuras do protagonista Gordo e sua turma de escola; Ziraldo, com a Série Bichim a partir do já conhecido personagem - título de outro livro seu, *O bichinho da maçã*; Ruth Rocha desenvolve uma coleção com nove títulos que, como o próprio nome diz — *A turma da nossa rua* — tem como elemento central as aventuras de um grupo de crianças de uma mesma rua e, ainda, mais recentemente, aproveitando o sucesso do programa de televisão, surgiu a coleção do Castelo Rá-Tim-Bum que já possui oito títulos sobre os personagens da série.

O estilo lobatiano influenciou não só uma geração de autores da literatura infantil brasileira como marcou profundamente a prática do mercado editorial. O sucesso atual de vendagem no setor de livros infantis, resulta do emprego de algumas estratégias de ação do então — também — empresário do livro: a distribuição gratuita de exemplares nas escolas como forma de divulgação; a criação de coleções com personagens ou temas que garantam o consumo de todos os títulos e a utilização da escola como principal veículo de escoamento do produto. A atual forma de circulação do livro é o aperfeiçoamento da antiga prática de Monteiro Lobato, acrescida de agressivas ações de *marketing* num mercado bastante disputado.

A indústria editorial para crianças e jovens no Brasil tem nos textos escolares o segmento mais seguro de seus investimentos, uma vez que as editoras encontram-se organizadas, desde a produção até a circulação, em função das escolas, determinando, assim, o domínio do mercado através das vendas intermediadas por elas. Esse investimento pode ser percebido nas Bienais de São Paulo e do Rio de Janeiro ocorridas na década de 1990, quando o setor de livros para crianças e jovens cresceu vertiginosamente. As editoras da área passaram a ocupar pavilhões inteiros com *stands* maiores e melhor produzidos para atender os professores e as escolas em visita orientada às Bienais. E mais: o atendimento ao professor ocorre nos mesmos dias dos livreiros, quando a feira se abre, com dois dias de antecedência, apenas para os profissionais do setor.

Ao incorporar em sua prática pedagógica atividades que 'didatizam' os textos de literatura infantil, a partir de questionários, testes e outros procedimentos, a escola forneceu às editoras o 'caminho das pedras' para sua inserção definitiva em seu contexto, vinculando de forma direta e irreversível a instituição educacional a do mercado. Ao incluir nos livros de literatura infantil, fichas de atividade com farta distribuição aos professores de exemplares já respondidos ou incluir nos catálogos informações que subsidiam, pressupostamente, a prática pedagógica, a indústria editorial garantiu o escoamento de sua produção através da escola.

Como quem define quais livros serão adotados são os professores, quer na escola pública quer na particular, o mercado apontou para ele todas as suas armas de *marketing*, vencendo a editora que investe com mais agressividade. Numa análise comparativa temos os seguintes dados sobre o faturamento das quinze maiores editoras brasileiras no ano de 1996, divulgados recentemente pela revista *Veja*: dez dessas editoras,<sup>6</sup> com obras de interesse geral, venderam juntas 117,5 milhões de reais, enquanto as outras cinco<sup>7</sup> com obras na área escolar, juntas faturaram 530,8 milhões de reais.

No entanto, esse alto índice de vendagem de livros para o universo escolar, desde a determinação da obrigatoriedade da leitura de livros extraclasse pela lei 5692/71, pouco significa para a formação efetiva do leitor, ou até mesmo de um consumidor de livros na fase adulta. Na realidade o consumo do livro restrito ao ambiente escolar tem contribuído para equipará-lo a outros produtos de consumo descartável impostos pela indústria cultural.

#### 4.0 A atuação das editoras e a circulação do livro na escola

É preocupação deste estudo investigar a interferência do mercado editorial na circulação do livro na escola e o modo como ele se encontra vinculado ao universo escolar, buscando explicitar as formas de mediação das editoras no contexto

<sup>6</sup> L&PM, Martins Fontes, Record, Globo, Objetiva, Nova Fronteira, Ediouro, Siciliano e Cia . das Letras.

<sup>7</sup> Moderna, FTD, Saraiva, Ática/Scipione (empresas de um mesmo grupo).

da escola. Para alcançar essa compreensão, é necessário tomar o livro como um *produto*, num processo de produção que não fabrica somente o objeto de consumo — o livro — mas o modo como será consumido. Portanto, como qualquer outro produto do capital, a necessidade de consumo precisa ser criada e constantemente alimentada. No caso do livro, a escola surge como a intermediária perfeita, ou seja, ela exerce uma função determinante no impulso para a produção e para o consumo do livro. Quando se trata do livro de literatura infantil, que tem uma função subsidiária ou complementar dos conteúdos curriculares, o caráter empresarial da mediação orientada para o lucro está presente em todo o processo de circulação do livro no ambiente escolar.

A atuação do editor no contexto escolar foi observada por Ramos (1987) como uma interferência que busca condições para a multiplicação dos lucros com menos investimento. A autora constata o filão de mercado surgido com o incremento da demanda escolar, a partir da Lei 5.692/91, com a designação de 'paradidático' para a obra de adoção facultativa e o surgimento do livro de literatura infantil e juvenil como um produto voltado para o mercado escolar. Assim sendo, para esse produto foi seguido o mesmo processo de divulgação e circulação já existente para o livro didático, baseado na atuação junto aos professores.

As equipes de divulgação buscam diretamente o professor, obtendo dele compromissos de indicação de suas obras, fornecendo farto material para "análise", bem como fichas de leitura sobre o enredo dos livros já respondidas. E o professor, inconscientemente, atua como peça importante da engrenagem montada para garantir o lucro da indústria editorial, que necessita de consumo constante, tornando-se um "agente de vendas não remunerado."(RAMOS, 1987)

Apesar da pesquisa de Ramos ter sido desenvolvida entre 1986 e 1987, pouca coisa mudou no mercado editorial desde então. O histórico que faz do modo de produção das editoras fornece elementos para a compreensão do perfil de algumas linhas editoriais da área de literatura infantil e juvenil, que se encontram ancoradas na falta de formação do professor e na tutela do Estado como garantia do lucro fácil.

A estrutura básica de atuação das editoras pautou-se pelo investimento maciço no professor regente do ensino básico como responsável pela seleção dos

textos a serem editados e na elaboração de fichas analíticas que subsidiassem o trabalho prático com o livro em sala de aula, a partir de fichas respondidas para o uso desse professor. Como a formação da maioria dos professores brasileiros do ensino fundamental é precária, havendo mesmo um grande número de leigos na função, a indústria editorial aproveita-se dessa situação para tratá-los ora como “agentes de venda não remunerado”, como bem define Ramos (1987), ora como alvo de críticas, queixando-se do trabalho dos editores para adequar suas produções ao baixo nível desses profissionais. Os editores alegam que as fichas de atividades complementares que acompanham a maioria dos textos literários ou ‘paradidáticos’ são uma exigência da falta de preparo do professor para o trabalho com o livro e uma contribuição para o seu bom aproveitamento. Na realidade, isso é verdade apenas parcialmente, uma vez que as fichas suprem sim a deficiência do professor mas também garantem a venda e o desencilhe de estoque.

Essa situação, levantada por Ramos (1987) em sua pesquisa, assemelha-se muitíssimo à relação atual de editoras e escolas. O vínculo existente entre ambas foi definitivamente assumido e a escola passa a exercer também o papel de entreposto de venda ao comercializar o livro escolar (didático, literário, entre outros) em seu próprio espaço. A relação comercial entre os dois setores caracteriza-se, neste momento, pela troca de interesses que garantam lucro para ambos os lados. A garantia de adoção periódica pela escola pode lhe valer uma série de benefícios, que vão desde a comissão sobre o faturamento até o patrocínio de atividades com a participação de autores na escola ou até mesmo a formação de uma acervo sem qualquer ônus para a escola.

Nesse sentido, é compreensível o fortalecimento da relação entre a instituição escolar e o mercado editorial. Em troca dos consumidores, as editoras direcionam suas ações de *marketing* para visita de autores, cursos com oficinas rápidas e catálogos com informações cada vez mais voltadas para o calendário escolar, como será visto a seguir.

Em virtude da inexistência de informações publicadas e acessíveis sobre a situação e as práticas da indústria editorial brasileira, foi preciso fazer o caminho inverso para apresentar alguns dados: foram obtidas no próprio material de propaganda das editoras as informações necessárias ao andamento do trabalho. A fim

de esboçar e compreender as formas de atuação das editoras no ambiente escolar, no que diz respeito à circulação do seu produto e às possíveis interferências dessas ações no fazer pedagógico, foram analisados os catálogos das cinco maiores editoras na área de livros escolares, incluindo a literatura infantil, em busca daquele que mais fornecesse informações para o trabalho. Optou-se pelo catálogo da Editora Ática, pelo nível de detalhamento das informações constantes da publicação. Suas características principais podem ser assim resumidas:

1. O catálogo é apresentado e reformulado pela editora de literatura infantil e juvenil todo início de ano letivo, contendo todas as publicações da editora e ainda os lançamentos para o primeiro semestre. Os lançamentos do segundo semestre aparecem numa edição menor, por ocasião das bienais.

2. O texto de apresentação garante-lhe a condição de ser um instrumento útil e prático para o trabalho do professor em sala de aula.

3. Os livros encontram-se distribuídos em cinco grupos conforme as faixas etárias, associando-se a idade às condições de leitura em cada fase, desde *bebês*, em seus primeiros contatos com o livro até *3ª. série em diante*, que já lê com fluência. Em seguida, cada uma dessas subdivisões aparece diagramada em página com as bordas em cores diferentes reunindo: nome da coleção ou série e suas características, dimensões da publicação, ficha técnica do autor e ilustrador, faixa etária e série escolar correspondentes, prêmios recebidos e resumo informativo das obras.

4. Apresenta um índice de temas e subtemas, bem adaptados aos conteúdos escolares e às referências dos títulos sobre esses temas. Além disso, traz anexo um calendário com as datas comemorativas e os livros indicados ao trabalho com cada uma.

5. No final da publicação, encontram-se as “Sugestões de atividades” com propostas simples e práticas de como trabalhar com os livros infantis da editora, para crianças de várias faixas etárias, como bem define a editora responsável (1997:93).

Além dessas informações básicas, o catálogo busca justificar sua eficiência quando afirma que as sugestões de atividades foram "*elaboradas e testadas por educadores experientes no trabalho com a literatura infantil e juvenil junto a crianças e jovens*", sem citar nomes, formas e locais em que cada proposta foi testada ou os resultados obtidos.

O envolvimento do professor nas ações de divulgação das editoras, para que estas adquiram credibilidade, já observado por Ramos (1987) no final da década de 1980, ainda é bastante visível atualmente. Do mesmo modo, é atual a produção de um catálogo que interfere diretamente na prática pedagógica. Isso pode ser comprovado pela garantia, dada no catálogo da Editora Ática num discurso de troca e interatividade, que inclui a solicitação de críticas e sugestões sobre a publicação — de que as informações reunidas foram organizadas visando auxiliar, de maneira fácil e rápida, o trabalho cotidiano do professor com a criança. O catálogo informa também que as atividades propostas foram elaboradas por professores identificados apenas como sendo de escolas particulares de São Paulo, autoras de livros didáticos da própria editora e monitoras das oficinas que freqüentemente atuam nos cursos de reciclagem oferecidos aos professores em todo o Brasil pela editora.

O fato de algumas das autoras das sugestões de atividades do catálogo estarem ligadas a escolas da rede particular de ensino de São Paulo comprova o forte vínculo desenvolvido entre a educação formal e a indústria livreira, alimentando o esquema de produção, circulação e consumo dirigido, dos produtos editoriais. É oportuno lembrar que o que está sendo discutido aqui é a forma como a indústria editorial garante o sucesso de suas vendas por intermédio das escolas, não havendo, portanto, a pretensão de avaliar a qualidade do perfil editorial posto no mercado, o que seria outra discussão. Assim, interessa discutir, por exemplo, a justificativa apresentada pelas editoras de que seu procedimento é um investimento cultural.

O catálogo analisado exemplifica isso, em seu discurso final, enaltecendo o alcance da qualidade por meio do trabalho conjunto e do objetivo comum, sempre tendo como preocupação maior o aluno-leitor e como principal aliado o professor. A aposta está feita na aliança entre a editora e o professor e na intensificação das ações de *marketing* que garantam esse estreito relacionamento. Nas

“Salas dos Professores”, autotitulares como “de padrão internacional”, estes encontrarão todos os títulos do catálogo, numa verdadeira biblioteca, dispostos por área e por nível escolar num ambiente absolutamente favorável ao consumo. Nessas salas, as equipes de divulgadores são bastante treinadas na comercialização dos livros e no atendimento aos professores e às solicitações das escolas. Então, o que parece ser um investimento cultural para o enriquecimento do trabalho do professor, torna-se, na realidade, um eficiente esquema de promoção e venda da editora dirigido ao consumidor escolar. A existência desse esquema pode ser comprovada com o seguinte trecho, extraído do catálogo e dirigido ao professor:

*“ Em 1995, a Ática pôs em prática o projeto “Serviços ao Professor”, uma verdadeira aliança entre você e a editora. Familiarizar sua relação com o livro didático e paradidático, dar elementos para você tirar melhor partido deles — estas são as linhas mestras que orientam os cursos. E sempre deixando-o totalmente à vontade para usar toda a experiência e conhecimento para decidir sobre as atividades em sala de aula. Em 1996, foram 1200 cursos, totalmente grátis, ministrados por todo Brasil, que atenderam 60 mil professores do ensino pré-escolar ao 2o. grau. Os temas? Os mais variados possíveis. Por exemplo, “Literatura Infantil: a criança e o meio ambiente”(…) São verdadeiras oficinas em que o professor trabalha, vivencia, interfere, opina, recebendo a instrumentação necessária para desenvolver o processo com seus alunos.” (1997:119)*

Como se trata de uma editora com um catálogo vasto, diversificado e com títulos de extrema qualidade, é necessário reafirmar que o questionamento é quanto aos meios que o mercado editorial emprega para inserir seus produtos no espaço escolar e regular seu consumo. As estratégias de *marketing* adotadas têm sua eficácia comprovada pelo faturamento anual das editoras.

A própria estrutura do catálogo da editora Ática traz implícita a intenção de suas propostas. O que deveria ser um mostruário de produtos transforma-se num manual de procedimentos para o uso de livros de literatura infantil na escola. O problema não está no fato de um setor querer divulgar seu produto a um segmento interessado, mas na forma passiva com que as escolas abrem suas portas para a indústria editorial desenvolver, no contexto pedagógico, as ações de propaganda que garantirão o escoamento dos estoques. Mesmo havendo parceria entre editora e escola, esta é que deveria determinar como, quando e onde utilizar os livros no processo ensino—aprendizagem e não o contrário, como se verifica.

A indústria do livro assume, portanto, as responsabilidades que originariamente seriam — ou deveriam ser — da escola, no que se refere à seleção dos livros apropriados a cada fase de escolarização ou idade, a sugestões de atividades a serem desenvolvidas com as obras lidas e à linha de formação que o professor deveria possuir para favorecer a formação de um leitor mais autônomo. As editoras acabam por interferir na forma como o livro é inserido no contexto pedagógico, privilegiando a face do consumo descartável do produto livro, em detrimento de sua condição de um dos principais mediadores do processo ensino—aprendizagem. Enfim, acabam por ocupar espaços vazios e indefinidos da escola, com a lógica empresarial do lucro e se declarando ainda agentes culturais.

Um contraponto importante à ação das editoras pode ser identificado na atuação da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil — FNLIJ, que há 23 anos premia a produção editorial brasileira para crianças e jovens em várias categorias. A história do prêmio da FNLIJ se confunde com a história da literatura infanto-juvenil, nesses anos de sua existência. O mercado cresceu vertiginosamente, solidificando um produto que hoje sustenta uma faixa considerável do faturamento da indústria editorial. A premiação anual surge, portanto, com a intenção de conhecer o universo editorial brasileiro de livros para crianças e jovens e dar parâmetros para a definição de critérios de avaliação da qualidade da produção editorial desse gênero.

É interessante observar que a premiação da FNLIJ tem promovido mudanças no quadro da produção editorial, uma vez que as editoras não podem ignorar completamente a vinculação entre os interesses de mercado e a qualidade do produto. Um exemplo disso é a utilização, pelas editoras, dos selos que identificam a categoria da premiação dada pela FNLIJ em suas capas e o referencial de qualidade que se tornou para o professor, quando da seleção de livros para seus alunos.

O mercado incorporou a sua propaganda a contradição existente no objeto livro, que guarda, ao mesmo tempo, características de um produto de consumo e as possibilidades, próprias do bem cultural, de superação da condição pré-determinada do modo de consumo. Assim, a indústria promove seus produtos por meio de promoções e orientações pseudopedagógicas voltadas para o lucro,

garantindo sua presença em toda a extensão do processo de leitura escolar, através de ações justificadas pelo discurso da promoção do livro, do leitor e do professor.

## **5.0 Perfil do mercado de literatura infantil no Brasil**

O perfil do mercado editorial brasileiro de literatura infantil será traçado neste item, tomando por referência os dados levantados junto à Câmara Brasileira do Livro relativos à produção, vendas e direitos autorais do setor, referentes ao ano de 1996, uma pesquisa realizada em convênio com a Fundação João Pinheiro e CERLALC — Centro para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe — e a observação informal, realizada de forma continuada durante os anos de atuação à frente de uma livraria, assessorando o trabalho das escolas na utilização de textos literários no espaço pedagógico.

O que se pretendeu examinar foi o modo como o livro literário, produzido em escala industrial, dentro de uma lógica empresarial do lucro, é introduzido no contexto escolar com suas características de material de consumo descartável camufladas pelo discurso da valorização de um bem cultural indispensável ao processo de ensino—aprendizagem.

### **5.1 O mercado editorial em Goiânia de 1986 a 1996**

Entre 1986 e 1996, o mercado de livros para crianças em Goiânia expandiu-se e prosperou. Até 1986, esse mercado era ocupado pelo livro didático e dominado por uma única livraria e distribuidora de grande porte, uns poucos representantes editoriais e não mais que duas filiais de grandes editoras do setor. A partir de meados da década de 1980, a inserção do livro de literatura para crianças na escola toma impulso e o mercado se fortalece. Em Goiânia, o setor cresceu com a introdução da prática de adoções de livros literários pelas escolas, principalmente as particulares, com periodicidade regular durante o ano letivo.

Como conseqüência da grande demanda do mercado, os títulos se multiplicaram, novos autores e editoras surgiram intensificando-se a concorrência. Já não bastavam as ações de divulgação desenvolvidas para os didáticos; era necessário

adaptá-las à nova demanda, pois os livros literários, comercializados durante todo o ano letivo, têm possibilidades de venda diferente daqueles.

Para incrementar esse novo segmento, a maioria das editoras disponibilizaram seus autores para visitas às escolas e/ou eventos na cidade; criaram esquemas de divulgação mais agressivos, com distribuição de cotas gratuitas de livros; redimensionaram seus catálogos, transformando-os em guias pseudopedagógicos para utilização dos livros; passaram a oferecer cursos de reciclagem para incentivar os professores a incorporar os livros de literatura infantil a sua prática pedagógica e, finalmente, transformaram a escola em posto de venda, a partir da oferta de condições comerciais especiais.

A crescente utilização do livro de literatura infantil como material didático pelas escolas e o aumento progressivo do consumo e, conseqüentemente, do faturamento fizeram estreitar-se a relação comercial entre escola e indústria editorial. E o modo de inserção do livro de literatura infantil na escola, como mero complemento do livro didático, fez dele apenas mais um produto de consumo a constar da lista de material escolar. Para atender as possibilidades de venda desse produto, ao longo de dez anos, o mercado mudou constantemente suas estratégias procurando garantir ou ampliar os números que serão apresentados a seguir.

## **5.2 Diagnóstico do setor editorial brasileiro em 1996**

As informações aqui reunidas são resultado de uma série de buscas e solicitações oficiais feitas às editoras e suas respectivas entidades representativas. Essas informações, no entanto, não foram obtidas a contento por representarem números relativos o faturamento e lucro da indústria editorial. Foram contactadas as dez maiores editoras da área de literatura infantil, que se esquivaram de fornecer dados sobre o número de títulos vendidos para o setor educacional e o correspondente faturamento.

Nesse sentido, após inúmeras buscas e negociações com a Câmara Brasileira do Livro, obteve-se o diagnóstico parcial do setor editorial brasileiro de 1996, resultado de um convênio entre essa entidade representativa da indústria editorial, o CERLAC e a Fundação João Pinheiro. A pesquisa reuniu dados para a

elaboração de um diagnóstico do setor editorial brasileiro quanto a produção, vendas, direitos autorais, comércio exterior e emprego de uma amostra representativa das editoras no Brasil.

O resultado final da pesquisa foi apresentado a partir de subsetores editoriais e não do desempenho de editoras individualmente. De acordo com o documento obtido, nem mesmo a Câmara Brasileira do Livro teve acesso aos dados individuais contidos no relatório original, preservando-se, assim, o sigilo quanto ao faturamento e ao desempenho individual das editoras. Somente a Fundação João Pinheiro tem acesso aos dados amostrais e individuais fornecidos pelas empresas pesquisadas. Os números do relatório elaborado foram obtidos através da expansão dos dados amostrais proporcionalmente ao universo estudado, chegando-se assim a uma estimativa aproximada do conjunto total das editoras.

A metodologia utilizada pela Fundação João Pinheiro foi o levantamento trimestral de informações por meio de entrevistas diretas e pessoais, utilizando-se questionários estruturados. A amostra é representativa de 230 editoras associadas à Câmara Brasileira do Livro. A amplitude amostral de 30 editoras selecionadas a partir da estratificação do universo segundo as variáveis *subsetor editorial*<sup>8</sup> e *porte econômico*.<sup>9</sup> Após a classificação, as empresas foram sorteadas para a realização de um pré-teste do questionário e da pesquisa de campo.

A exposição dos resultados foi dividida nas seguintes categorias: produção segundo os subsetores editoriais e classificação temática, especificando números de títulos e exemplares em primeira edição e reedição. Já os números relativos ao faturamento e exemplares vendidos foram agrupados segundo os subsetores editoriais.

Os dados totais do setor foram obtidos através da expansão dos dados amostrais proporcionalmente ao universo estudado, alcançando-se um estimativa aproximada do conjunto do setor.

<sup>8</sup> Classificados em didáticos (que inclui pré-escolar, 1º e 2º. graus e paradidáticos); obras gerais; religiosos; científicos e profissionais e representando respectivamente 10%, 40%, 17% e 33% da composição da amostragem.

<sup>9</sup> As empresas foram divididas em pequena, média e grande.

A forma como os dados foram apresentados prejudica o dimensionamento real do desempenho do mercado editorial, uma vez que os critérios adotados para a reunião de áreas em subsetor editorial e classificação temática não foram apresentados na metodologia da pesquisa, prejudicando, assim, a leitura e o entendimento dos números mostrados. Apesar disso, esses dados ajudam a perceber o fluxo dos livros, direcionados para crianças e jovens, na indústria editorial brasileira.

### **5.2.1 Os números da produção editorial**

Segundo o *Diagnóstico do Setor Editorial Brasileiro de 1996*, esse ano registrou uma produção de 41.555 títulos e 386.747.137 exemplares. Em reedição a produção foi de 312.808.175 exemplares e 29.326 títulos e em primeira edição foram produzidos 12.229 títulos e 73.038.962 exemplares.

O subsetor “didáticos” foi o de maior produção em número de exemplares (75%), respondendo ainda pela maior parte dos títulos editados (40%). Quanto à análise do comportamento editorial ao longo do ano, no que se refere à produção editorial, os dados apontam para um certo equilíbrio entre os dois semestres, conforme podemos ver nos quadros 1 e 2, com dados extraídos do documento *Diagnóstico do Setor Editorial Brasileiro - 1996*, produzido pela Câmara Brasileira do Livro.

**Quadro 1**

Produção (títulos e exemplares) por subsetor editorial  
1ª. edição e reedição - 1996

Subsetor Editorial	Títulos	Exemplares
Didáticos*	16.606	290.586.270
Obras Gerais	12.010	42.570.933
Religiosos	3.602	30.455.439
Científicos, Técnicos e Profissionais	9.337	23.134.495
<b>TOTAL</b>	<b>41.555</b>	<b>386.747.137</b>

\* Didáticos: Inclui Pré-escolar, 1o. e 2o. graus e paradidáticos.

Fonte: Câmara Brasileira do Livro. *Diagnóstico do Setor Editorial Brasileiro - 1996.*

**Quadro 2**

Produção de títulos trimestral por subsetor editorial  
1ª. edição e reedição - 1996

Subsetor	1º.Trim.	2º.Trim.	3º.Trim.	4º.Trim.	TOTAL
Didáticos *	5.278	3.654	2.580	5.094	16.606
Obras Gerais	3.577	3.577	2.512	2.344	12.010
Religiosos	1.266	835	268	1.233	3.602
Científicos, Técnicos e Profissionais	3.033	2.191	2.382	1.731	9.337
<b>TOTAL</b>	<b>13.154</b>	<b>10.257</b>	<b>7.742</b>	<b>10.402</b>	<b>41.555</b>

\* Didáticos: Inclui Pré-escolar, 1o. e 2o. graus e paradidáticos

Fonte: Câmara Brasileira do Livro. *Diagnóstico do Setor Editorial Brasileiro - 1996.*

Pode-se supor, a partir desses quadros, que os livros de literatura infantil encontram-se enquadrados no subsetor classificado de “didáticos” e na categoria “paradidáticos”, uma vez que é com essa denominação que as editoras costumam se referir aos textos de ficção e aos informativos. Nos subsetores dispostos, nas duas tabelas, as áreas foram aglutinadas em quatro grandes grupos — “didáticos”, “obras gerais”, “religiosos”, “científicos, técnicos e profissionais”— o que impossibilita a avaliação da real participação da literatura infantil nesses números.

Em seguida, os dados são apresentados de acordo com uma classificação temática (quadro 3) em que as áreas são especificadas. No entanto, os números mostrados não possibilitam uma aproximação com os dados apresentados pelos subsetores editoriais. Aqui a literatura infantil aparece separadamente, como tema específico, enquanto a designação “educação básica” passa a incluir a categoria “didáticos”, que por sua vez agrupa pré-escolar; 1º. e 2º. graus e paradidáticos, como pode ser conferido no quadro abaixo.

### Quadro 3

Distribuição dos títulos em 1ª edição e em reedição  
- classificação temática - 1996

Classificação Temática	Títulos em 1ª edição	%	Títulos em Reedição	%
Literatura Infantil	1.484	12	5.001	17
Literatura Juvenil	1.079	9	3.179	11
Literatura Adulta	1.556	9	1.602	5
Línguas	145	1	390	1
Religiosos	966	8	1.226	4
Filosofia e Psicologia	820	7	919	3
Artes, Lazer e Desportos	207	2	138	1
Ciências Puras	131	1	229	1
Tecnologia e Ciências Aplicadas	919	7	945	3
Ciências Sociais	1.210	10	2.374	8
Educação Básica *	2.242	18	11.247	38
Geografia e História	176	1	306	1
Generalidades	529	4	537	2
Novos Livros	85	1	87	-
Outros	680	6	1.146	4
<b>Total</b>	<b>12.229</b>	<b>100</b>	<b>29.326</b>	<b>100</b>

\* Educação Básica inclui Didáticos: pré-escolar, 1º. e 2º. graus e paradidáticos.

Fonte: Câmara Brasileira do Livro. Diagnóstico do Setor Editorial Brasileiro - 1996.

Com os dados apresentados separadamente por classificação temática (quadro 4), torna-se possível identificar a participação da literatura infantil no mercado quanto ao número de títulos e de exemplares em primeira edição e reedição. A designação “educação básica” passa a aglutinar livros didáticos propriamente ditos e os paradidáticos, que aqui devem estar se referindo ao textos informativos.

#### Quadro 4

Distribuição dos exemplares em 1ª. edição e em reedição  
- classificação temática - 1996

Classificação Temática <sup>1</sup>	Exemplares em 1ª. edição	%	Exemplares em Reedição	%
Literatura Infantil	7.752.265	10,5	30.115.451	10
Literatura Juvenil	5.326.335	7,5	12.955.904	4
Literatura Adulta	3.772.592	5	4.426.033	1,5
Línguas	308.836	0,5	1.389.019	0,5
Religiosos	3.123.548	4	8.157.639	3
Filosofia e Psicologia	1.966.767	3	3.267.948	1
Artes, Lazer e Desportos	577.273	1	346.416	-
Ciências Puras	549.529	1	826.736	-
Tecnologia e Ciências Aplicadas	2.367.621	3	4.376.327	1,5
Ciências Sociais	2.545.686	3,5	2.565.250	1
Educação Básica *	39.707.111	54,5	236.691.533	75
Geografia e História	378.634	0,5	1.222.260	0,5
Generalidades	1.909.715	3	3.242.738	1
Novos Livros	462.419	1	180.600	-
Outros	1.360.203	2	3.044.180	1
<b>Total</b>	<b>73.938.962</b>	<b>100</b>	<b>312.808.175</b>	<b>100</b>

<sup>1</sup> Os grupos de classificação temática estão descritos no anexo I.

\* Educação Básica inclui Didáticos: pré-escolar, 1º e 2º graus e paradidáticos.

Fonte: Câmara Brasileira do Livro. Diagnóstico do Setor Editorial Brasileiro - 1996.

Quanto aos números relativos ao faturamento e número de exemplares vendidos (quadro 5), observa-se que a classificação temática volta a ser substituída pelos subsetores editoriais, para garantir o sigilo das editoras pesquisadas. Com uma apresentação feita por classificação temática, os números poderiam identificar as grandes editoras em suas áreas de atuação.

#### Quadro 5

#### Faturamento e exemplares vendidos por subsetor editorial - 1996

<b>Subsetor Editorial</b>	<b>Faturamento (US\$)</b>	<b>Exemplares Vendidos (unid.)</b>
Didáticos*	808.832.939	146.448.472
Obras Gerais	342.701.980	62.007.210
Religiosos	148.014.027	64.979.834
Científicos, Técnicos e Profissionais	347.916.779	23.265.749
<b>Subtotal</b>	<b>1.647.465.725</b>	<b>296.701.265</b>
FNDE (antiga FAE)	219.600.000	90.000.000
<b>TOTAL</b>	<b>1.867.065.725</b>	<b>386.701.265</b>

\* Didáticos: Inclui Pré-escolar, 1º e 2º. graus e paradidáticos.

Fonte: Câmara Brasileira do Livro. Diagnóstico do Setor Editorial Brasileiro - 1996.

A partir da forma como os números foram arranjados (quadro 6), pode-se afirmar que o subsetor “didáticos” respondeu por 55% do faturamento total do setor, ou seja, US\$ 808.832.939, sendo que encontram-se incluídas nesse subsetor as compras feitas pelo FNDE (antiga FAE), que somaram 146.448.472 livros, o que corresponde a 61% do total de exemplares comercializados durante o ano. Nesse item não foi especificada a venda por classificação temática, estando portanto reunidos os chamados “livros escolares”, como se pode verificar no quadro 6.

**Quadro 6****Faturamento por subsetor editorial - 1996**

Subsetor	1º.Trim.	2º.Trim.	3º.Trim.	4º.Trim.	TOTAL
Didáticos *	598.428.138	101.651.831	12.601.471	96.961.499	808.832.939
Obras Gerais	133.416.470	73.177.037	61.862.537	74.245.936	342.701.980
Religiosos	58.287.575	22.178.075	28.449.730	39.098.647	148.014.027
Científicos, Técnicos e Profissionais	138.448.703	61.908.534	69.851.829	77.707.713	347.916.779
Subtotal	928.580.886	258.915.477	172.225.567	287.743.795	1.647.465.725
FNDE (antiga FAE)	195.541.604			24.058.396	219.600.000
<b>TOTAL</b>	<b>1.124.122.490</b>	<b>258.915.477</b>	<b>172.225.567</b>	<b>311.802.191</b>	<b>1.867.065.725</b>

\* Didáticos: inclui pré-escolar, 1º. e 2º. graus e paradidáticos.

Fonte: Câmara Brasileira do Livro. Diagnóstico do Setor Editorial Brasileiro - 1996.

Na apresentação dos canais de comercialização (quadro 7) verificam-se também algumas distorções quanto à classificação. Entre os canais apresentados, a editora e seus distribuidores não aparecem como pontos de venda, apesar de desempenharem essa função no contato direto com as escolas. Presume-se que editoras e distribuidoras tenham sido incluídos em "canais tradicionais".

**Quadro 7****Exemplares vendidos por canais de comercialização - 1996**

Canais de Comercialização	Exemplares Vendidos	%
Canais Tradicionais *	156.129.689	48
Marketing Direto **	13.695.206	4
Porta a Porta	1.841.143	1
Supermercados	11.517.760	4
Governo ***	30.150.986	9
FNDE (antiga FAE)	90.000.000	28
Bancas de Jornal	999.485	-
Bibliotecas	2.994.841	1
<b>Total</b>	<b>324.671.750</b>	<b>100</b>

\* Livrarias, papelarias

\*\* Correio, clube do livro

\*\*\* Órgãos públicos estaduais e municipais

A partir de todos os dados mostrados, foi possível levantar informações relativas a 84% dos livros comercializados no ano de 1996. Os dados sobre as vendas por canais de comercialização foram obtidos diretamente das editoras, que por sua vez fazem uma estimativa, por trimestre, do percentual distribuído a cada um dos tipos de compradores. Estes foram assim agrupados e descritos: canais tradicionais (livrarias, papelarias); *marketing* direto (correio, clube do livro); porta a porta; supermercados; órgãos governamentais municipais e estaduais; FNDE, bancas de jornal e bibliotecas. Os chamados “canais tradicionais” responderam por 48% das vendas, seguidos pelo FNDE com 28%.

O *Diagnóstico do Setor Editorial Brasileiro - 1996*, elaborado pela Câmara Brasileira do Livro, não apresenta dados elucidativos quanto ao desempenho de setores específicos do mercado editorial. E exatamente o subsetor que mostra melhor desempenho em faturamento e número de exemplares não é apresentado em sua totalidade. No entanto, é possível afirmar que o mercado editorial brasileiro encontra-se ancorado no chamado subsetor de didáticos, que responde por mais da metade (55%) da produção editorial, seguido de longe pelos livros científicos, técnicos e profissionais (19%); obras gerais (18%) e religiosos (8%). Esses números dão uma idéia aproximada da dimensão do mercado editorial brasileiro e da proporção desses dados relativos à produção destinada à escola.

## **CAPÍTULO III**

### **A CIRCULAÇÃO DO LIVRO DE LITERATURA INFANTIL EM ESCOLAS PARTICULARES DE GOIÂNIA**

#### **1.0 Desenvolvimento da Pesquisa: metodologia e instrumentos**

A atuação junto ao mercado livreiro de Goiânia possibilitou à pesquisadora o acúmulo de experiências e de informações empíricas sobre a presença do livro de literatura infantil nas escolas da rede particular de ensino, na condição de produto cultural com consumo induzido. Contudo, essas informações estavam a merecer um tratamento mais rigoroso.

O trabalho desenvolvido na livraria esteve estruturado, ao longo de dez anos, para a divulgação da produção editorial brasileira de livros de literatura infantil sem o compromisso comercial de exclusividade com as editoras, o que permitia maior autonomia no trabalho junto às escolas. Nesse sentido, criou-se uma metodologia de trabalho que previa a divulgação de livros de literatura infantil de diversas editoras a partir de uma seleção que adequava qualidade gráfica e literária aos níveis de escolaridade das crianças e às atividades de leitura já desenvolvidas pelos estabelecimentos de ensino.

A preocupação em avaliar o fluxo, o acesso e as condições de leitura do livro de literatura infantil nas escolas particulares de Goiânia foi uma decorrência das observações reunidas durante a divulgação desse produto nas escolas, paralelamente ao trabalho das editoras e/ou distribuidores. Verificou-se que, ao promover vendas diretamente para as escolas, praticando preços de atacado, a indústria editorial transformara instituições de ensino em entrepostos de seus produtos. O estreitamento da relação entre o mercado editorial e as instituições escolares fortaleceu o aspecto meramente comercial do livro, sujeito às leis de mercado, reforçando sua condição de mercadoria em detrimento da condição de bem cultural.

Entende-se que a supremacia da condição mercadológica do livro influi decisivamente na forma como ele circula no contexto pedagógico, determinando o uso de acordo com as condições em que é negociado no momento da aquisição. Por essa razão, buscou-se, nessa pesquisa, explicitar, mais especificamente, de que modo o gênero infantil passou a ser utilizado como recurso paralelo ao livro didático nas práticas pedagógicas, como a indústria editorial tem-se desenvolvido para atender a demanda escolar e o grau de interferência desta no contexto escolar.

Há evidências, constatadas durante o período de atuação no mercado editorial, de crescimento da interferência das editoras e/ou de seus distribuidores no ambiente escolar, com o propósito de garantir a adoção de seus títulos de literatura infantil. Entre 1986 e 1996, o aumento de títulos de literatura para crianças foi contínuo. De acordo com dados fornecidos pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, que recebe anualmente quase toda a produção editorial brasileira nesse gênero, o número de títulos novos saltou, em 1997, para 887 livros contra os 391 de 1990. Paralelamente, o papel da escola como principal pólo de escoamento dessa produção consolidou-se o livro de literatura infantil passou a ser utilizado como um recurso paralelo ao livro didático nas práticas pedagógicas. A indústria editorial procurou adaptar-se a essa situação e fortalecer as ações de venda no contexto escolar, mediante a presença constante de seus divulgadores na escola, a distribuição gratuita de lançamentos, a oferta de descontos para as adoções, o patrocínio da visita de autores, entre outras estratégias. E, na medida em que se incrementava a divulgação e circulação do livro de literatura infantil nas escolas, as editoras passaram também a organizar seus catálogos, cada vez mais, em função dos programas e calendários escolares.

Tendo em vista o interesse em aprender a forma de atuação das editoras no contexto escolar, realizou-se a pesquisa de campo em duas escolas particulares, buscando situar a circulação do livro de literatura — aqui considerado como produto da indústria cultural — no ambiente escolar.

A abordagem metodológica adotada foi a pesquisa qualitativa, entendida como um conjunto de estratégias visando à obtenção de dados descritivos, colhidos no contato direto do pesquisador com o ambiente estudado, enfatizando os

processos verificados e os significados que lhe são atribuídos pelas pessoas estudadas (BOGDAN & BIKLEN, 1994).

Para verificar como ocorre a circulação do livro infantil em escolas da rede particular, foram selecionadas duas escolas, caracterizando-se a pesquisa como do tipo “estudo de casos comparativos”. As escolas foram escolhidas segundo critérios aproximativos — escolas privadas destinadas a crianças de nível sócio-econômico situado entre a classe média e a classe média alta; metodologias de ensino semelhantes e a inclusão do livro de literatura infantil entre seus recursos didáticos — e também segundo critérios diferenciadores: número de alunos (pequena e grande), vinculação religiosa (confessional e laica). Entendeu-se que seria importante caracterizar esses dois tipos diferentes de escolas para verificar se as diferenças teriam impacto distinto sobre a inserção do livro na escola. Visando manter em sigilo a identidade das escolas, elas serão referidas na apresentação dos dados como Escola I e Escola II, sendo omitidas quaisquer informações que possam permitir sua identificação.

### **1.1 Procedimentos de investigação**

Ambas as escolas pesquisadas encontram-se entre as mais conceituadas e de maior prestígio, na comunidade goianiense, dentro da especificidade de cada uma. A Escola I pode ser caracterizada como sendo de grande porte, contando com mais de mil e quinhentos alunos e atendendo de pré-escola a 8ª. série. Possui espaço físico e infra-estrutura material privilegiados e apropriados à dimensão da escola. No entanto, as turmas são numerosas e, na pré-escola, as professoras contam com auxiliares de classe. Possui ainda uma grande sala de leitura na época da pesquisa, com mais de cinco mil títulos disponíveis — destinada apenas aos alunos de 1ª. a 4ª. série, não estando, portanto, acessível à fase pré-escolar, e uma biblioteca com livros didáticos, literários e de referência, destinada aos alunos de 5ª. a 8ª. série.

A Escola II pode ser considerada de médio porte, dedica-se exclusivamente à educação infantil, atendendo crianças entre um e sete anos, e tem aproximadamente trezentos alunos distribuídos em turmas bem dimensionadas. Possui espaço físico e infra-estrutura reduzidos, o que impede em alguns momentos uma melhor exploração das atividades pedagógicas desenvolvidas. Não possui biblioteca ou

qualquer outro espaço reservado para que os alunos tenham acesso ao pequeno acervo de que a escola dispõe — aproximadamente quinhentos títulos — que se encontra armazenado na secretaria da escola.

Para a realização da pesquisa, os estabelecimentos escolares foram contactados oficialmente através de ofícios da coordenação do mestrado, solicitando autorização e esclarecendo como se dariam as ações da pesquisadora no espaço escolar e especificando o prazo de aproximadamente três meses para a realização do trabalho.

O levantamento de dados iniciou-se na Escola I, no período de outubro de 1995 a janeiro de 1996, e prosseguiu na Escola II de fevereiro a maio de 1996. Durante o processo, ocorreram ajustes nos roteiros de observação, feitos à medida que as informações eram apanhadas e relatadas.

Os instrumentos de coleta de informações adotados na pesquisa foram: observação direta em sala de aula, entrevistas com a equipe pedagógica, observação do material pedagógico, dos espaços de leitura e do acervo literário disponível.

Para a observação da rotina de sala de aula foram selecionadas duas turmas em cada escola, a partir dos seguintes critérios: uma turma em cada turno, número de alunos compatível entre as turmas escolhidas de cada escola, professores com tempo de experiência e formação semelhantes e crianças com idade entre três e quatro anos. Na observação, foram considerados os seguintes procedimentos: para a sala de aula foi utilizado um roteiro definido anteriormente para orientar a busca de informações *in loco* sobre a rotina e a prática de leitura desenvolvidas nas escolas, procedimentos de leitura do professor, ambiente de leitura nas escolas (sala de leitura, biblioteca ou outros) e acervo disponível para as crianças.

As observações permitiram apreender o uso que a escola faz do livro de literatura infantil, o espaço que este ocupa no ambiente escolar e sua forma de circulação no espaço pedagógico.

Foram realizadas entrevistas com a direção, coordenações e professores para compreender, com mais precisão, o processo de circulação do livro

na escola e como se dava a interação com o mercado editorial na seleção e aquisição dos livros de literatura infantil. As entrevistas foram semi-estruturadas, com roteiro elaborado a partir das informações colhidas nas observações do cotidiano de leitura dos livros de literatura no ambiente escolar, bem como das condições físicas dos espaços de leitura e do acervo existente, abordando perfil cultural e de consumo, hábitos e frequência de leitura, critérios de seleção e avaliação dos títulos, espaços de leitura disponíveis e grau de conhecimento do mercado editorial.

Essa etapa da pesquisa auxiliou na compreensão da relação que o professor estabelece com o livro em sua vida particular, como instrumento de trabalho e, conseqüentemente, na forma como o emprega nas atividades que desenvolve com os alunos. As informações forneceram pistas para estabelecer um perfil de como o professor trabalha a contradição do livro enquanto produto de consumo e bem cultural. Ao confrontar-se a análise do discurso da equipe pedagógica durante as entrevistas com os ambientes de leitura, os acervos e os planejamentos de ensino, evidenciaram-se as contradições existentes entre a percepção teórica da necessidade de inserção do livro de literatura infantil nessa fase da vida escolar de uma criança e as reais iniciativas desenvolvidas em ambas as escolas.

Os espaços de leitura foram avaliados quanto a instalações, acervo existente e forma de utilização, frequência de uso pelos alunos e professores, política de seleção e aquisição, atualização do acervo. A avaliação dos acervos disponíveis baseou-se na relação proporcional entre número de livros e número de crianças e a adequação quanto ao nível de leitura dos alunos. A análise dos ambientes de leitura, dos acervos e dos planos de ensino, contribuiu para apreender a contradição encontrada entre o discurso da importância do livro de literatura infantil para crianças entre três e quatro anos e as reais condições de sua promoção.

## **2.0 Apresentação dos resultados**

As informações aqui reunidas são os dados levantados na pesquisa, organizados em torno de cinco eixos. O primeiro traz a identificação dos professores e da equipe de coordenação das escolas pesquisadas. O segundo descreve a relação que

a equipe pedagógica mantém com o livro literário, apresentando o grau de conhecimento e leitura de cada um. No terceiro eixo, surge a descrição da circulação do livro de literatura em sala de aula, caracterizando a forma como ele chega e é utilizado, bem como o caráter que lhe é atribuído no ambiente escolar, destacando algumas práticas que permitem apreender se os livros estão ou não circulando nesse ambiente e entre as crianças. Em seguida, faz-se a apresentação e descrição dos ambientes de leitura e acervos disponíveis nas escolas avaliando o espaço físico, os títulos disponíveis e a política de seleção e aquisição adotadas pelas escolas. E o quinto e último eixo traz a relação entre as escolas e o mercado editorial local, para conferir tanto a forma de inserção das editoras nas escolas quanto à relação comercial estabelecida entre elas (escolas e editoras).

## 2.1 A identificação da equipe pedagógica

As informações aqui expostas foram reunidas a partir da aplicação de um questionário, que solicitava dados de identificação pessoal e de formação acadêmica. Posteriormente, foram acrescentadas à estas, outras informações obtidas nas entrevistas individuais. As questões levantadas na entrevistas reuniram dados sobre a formação profissional e intelectual, renda familiar, bens culturais de consumo, forma de lazer e suportes de informação de que fazem uso comumente.

### Escola I

O quadro de formação profissional da equipe da Escola I é bastante diversificado: a diretora e uma professora têm curso superior, enquanto a coordenadora tem curso normal e a outra professora pesquisada cursa Pedagogia. Todas trabalham há mais de 10 anos, na pré-escola nessa mesma instituição e têm possibilidades de formação profissional permanente, nos períodos de férias, e atividades de planejamento oferecidas pela própria escola.

A média de idade das professoras é de 30 anos, possuem uma renda familiar mensal média de mais de 10 salários mínimos e hábitos característicos da classe média brasileira. Elas tem no passeio pelo *shopping* a principal alternativa de lazer; quando indagadas sobre outras formas de lazer indicam a leitura, televisão, cinema, vídeo e teatro, nessa ordem de prioridade. Essa questão, no entanto,

apresentou contradições. Apesar de a leitura ser citada como a segunda opção de lazer das pessoas pesquisadas, essa afirmação não é confirmada posteriormente em perguntas sobre os hábitos de leitura e sua frequência, uma vez que asseguram não possuírem hábitos regulares de qualquer tipo de leitura. Na realidade, ao serem indagadas sobre os três últimos livros lidos e sobre quando o fizeram, não souberam se situar, lembrando-se apenas dos últimos livros exigidos em cursos ministrados na escola.

Ao longo da entrevista, as questões pessoais referentes a leitura, hábitos, títulos lidos, foram marcados por contradições. A TV aparece como a terceira opção de lazer, mencionada com todas as ressalvas. No entanto, quando foram perguntadas sobre o que faziam no seu tempo livre noturno, a TV aparece como primeira opção e como principal fonte de informação.

No caso específico da diretora da escola, nenhuma das perguntas sobre os hábitos particulares foi respondida na 1ª pessoa do singular, sempre no plural, referindo-se à equipe técnica da escola. As perguntas sobre formas de lazer habituais foram respondidas com definições e funções do vídeo, cinema, teatro, televisão e computação. Com as perguntas sobre seus hábitos pessoais de consumo de bens culturais, obteve-se na maioria das respostas, informações que levam a um pressuposto da falta de consumo dos produtos culturais solicitados. Foram dadas respostas que justificam a necessidade de serem consumidos, mas não dá a certeza do consumo.

Todas essas questões foram arrematadas com a função essencial que o teatro, o cinema, o vídeo têm no enriquecimento do conhecimento do aluno, como fatores educativos dentro da Arte Educação e como uma preocupação pedagógica constante da escola.

Quanto ao consumo de livros, somente a direção da escola demonstrou comprar livros teóricos periodicamente, uma vez que a escola recebe muito material de divulgação, na área de literatura infantil.

Indagadas a respeito da produção editorial de literatura infantil — o que conhecem e como acompanham os lançamentos — as professoras, especificamente, dizem que gostam mas não conhecem o universo disponível, não acompanham e

quando lêem é por intermédio de colegas ou por indicação da coordenação. Apesar de a escola possuir uma sala de leitura com aproximadamente 2.000 títulos, elas afirmaram que não a freqüentavam, sob a justificativa de ser a sala destinada às turmas de pré-alfabetização em diante. Afirmaram, ainda, que o contato com as editoras é feito por intermédio da coordenação, que recebe o material de divulgação.

A coordenadora demonstrou ter conhecimento da produção literária para criança, mantendo-se informada por meio de catálogos e de visitas de divulgadores das editoras que vão à escola; contudo, não tem o hábito de buscar livrarias ou bibliotecas. Nesse aspecto, o conhecimento da coordenação se restringe às editoras que mantêm esquema de divulgação permanente nas escolas, excluindo, assim, editoras menores e/ou que não têm representação na cidade.

Não existe uma dificuldade aparente de acesso dessas professoras a suportes de informação, textos literários adultos ou infantis e até mesmo livros técnicos, uma vez que a escola investe nessa área e possui biblioteca e sala de leitura com esse material disponível. Tanto é que nenhuma das professoras se queixou da falta de condições para obter algum tipo de material impresso ou da falta de estrutura da escola. A justificativa para a não utilização dessa estrutura é a falta de tempo.

Existe uma grande diferença entre o discurso da necessidade de se manter informado, de ler, ter boas referências para dar aos alunos e a prática efetiva desses hábitos. Quanto ao conhecimento dos livros infantis disponíveis no mercado, falta-lhes um repertório mínimo para sustentar qualquer trabalho de leitura com as crianças em sala de aula e o conhecimento que mantêm se restringe ao material enviado pelas editoras, como quota de divulgação.

## **Escola II**

Os profissionais da equipe pedagógica da Escola II apresentam dois níveis distintos: a direção e as coordenadoras e a auxiliar de direção têm cursos de graduação e pós-graduação em áreas da educação, enquanto as duas professoras, uma cursou magistério e a segunda na época da pesquisa cursava Pedagogia.

A diretora tem formação acadêmica e cultural diferenciada e afirma manter hábitos culturais e consumo de bens de todas as áreas. A leitura, principalmente de literatura, aparece como um hábito indispensável à sua formação cultural e intelectual. Sobre a produção de literatura infantil, diz gostar e acompanhar os lançamentos por catálogos e material de divulgação enviados pelas editoras e busca ainda as seções de lançamentos de jornais e revistas semanais.

As professoras têm, respectivamente, dez e cinco anos de experiência no magistério e se atualizam através de encontros e círculos de estudos da própria escola. Têm entre 25 e 30 anos de idade e possuem uma renda familiar média de 10 salários mínimos.

Os hábitos de lazer das duas professoras diferem bastante. Uma tem na leitura, cinema e televisão suas possibilidades de entretenimento, enquanto a outra se referiu apenas a acampamento, que, por sinal, não pratica com frequência, e a religião.

Nas perguntas específicas sobre formas de lazer e de informação, a televisão aparece sempre como uma das últimas opções. No entanto, é considerada como o meio mais fácil de obter informações e, invariavelmente, torna-se a opção de lazer predominante.

As professoras geralmente não compram livros, tendo o hábito de tomá-los emprestados. As leituras mais praticadas têm sido as de livros técnicos e infantis, os dois tipos como objeto de trabalho. Não lêem jornal como frequência e possuem uma pequena biblioteca particular formada de livros técnicos. Sobre as últimas leituras feitas, uma professora não soube responder e a outra citou os livros infantis adotados para o desenvolvimento de um projeto com as crianças.

Quanto ao modo como se mantêm informadas da produção editorial na área de literatura infantil, afirmam que utilizam apenas o material disponível na escola constituído dos catálogos trazidos pelas editoras e dos livros que a escola esporadicamente adquire. Não têm a prática de buscar novidades, pessoalmente, nas editoras e alegam como motivo a falta de tempo.

## 2.2 O livro de literatura infantil e a equipe pedagógica

Considerando que a mediação do professor é determinante na circulação do livro entre as crianças, a pesquisa buscou compreender como a equipe pedagógica utiliza o livro de literatura infantil na escola, como se relaciona com o mercado editorial e qual o nível de conhecimento que possui do gênero literário.

O conhecimento da literatura infantil e sua utilização como uma expressão cultural é quase inexistente entre as professoras das duas escolas, o que auxilia no aspecto reducionista do uso do texto literário como forma simulada do livro didático. Assim, a falta de conhecimento do universo literário disponível e o desinteresse em acompanhar essa produção resulta em um repertório de leitura reduzido e pouco sugestivo e uma dependência da orientação da coordenação para selecionar os livros de literatura infantil para seus alunos.

Na Escola I, a coordenadora sustenta a necessidade de se oferecer bons e diversos modelos textuais, que possibilitem o *“desenvolvimento da capacidade seletiva e fundamentalmente da capacidade de apropriação da linguagem escrita”*. O bom leitor, em sua perspectiva, *“seria aquela criança capaz de se apropriar do código escrito com o maior repertório possível de textos”*. E é nesse universo que a escola inclui o texto literário.

As professoras têm a preocupação de formar crianças com um bom repertório literário para que *“tenham capacidade de falar, de entender o que estão lendo e o que estão ouvindo”*. Essa afirmação vem ao encontro da declaração da diretora que diz que as leituras são orientadas a partir dos projetos elaborados para cada série e que o livro não é trabalhado sem uma finalidade específica.

No questionamento sobre a importância da literatura infantil para essa fase da escolarização, as respostas dadas pela equipe pedagógica são de caráter instrumental. Ressaltaram que o trabalho com literatura torna-se importante, porque sua utilização afeta positivamente a comunicação, a escrita, a percepção. Somente por um momento, a coordenação se lembrou da importância da literatura para trabalhar com a fantasia e com o desenvolvimento da sensibilidade, sem mencionar, no entanto, como a literatura pode determinar o processo criativo da criança e, conseqüentemente,

a produção de texto. Considerando a função mais abrangente da literatura, Bordini lembra que o objeto livro intermedeia a aquisição da cultura e que “*o sentido da literatura como forma de apropriação do real tem sido desvalorizado*” pela sociedade e pela escola (1989:7-8).

Apesar da justificativa da necessidade da criança estar sempre em contato com diferentes tipos de textos, a equipe pedagógica da escola demonstrou conhecer pouco do universo literário brasileiro para criança e condiciona esse conhecimento às visitas regulares que as editoras promovem na escola. As editoras, fora do circuito comercial de Goiânia, são quase totalmente desconhecidas pelas professoras, a não ser que saia alguma sugestão na seção de livros das revistas semanais.

Nas entrevistas feitas com as professoras, tornou-se evidente a falta de hábito de leitura e de consumo de livros entre elas, em virtude do custo elevado. No entanto, nem o fato de a Escola I possuir uma *sala de leitura* com mais de cinco mil títulos atualizados da literatura infanto-juvenil pareceu modificar e interferir positivamente na formação desse hábito e na sua prática pedagógica. Continuam desconhecendo as opções de qualidade que a produção editorial brasileira dispõe e, conseqüentemente deixam de oferecê-las a seus alunos, substituindo, algumas vezes, o contato com o livro por textos fotocopiados e fragmentados.

A situação da Escola II, não difere da encontrada na Escola I. Em ambas, o livro de literatura infantil é um mero instrumento para fixação da habilidade de leitura e aparece como elemento lúdico para tornar o caminho da alfabetização menos árduo e garantir o sucesso do processo através do aumento do vocabulário na produção de textos.

Durante as entrevistas, surgiram algumas contradições nas respostas dadas pela equipe pedagógica, quando questionadas a respeito da presença do livro de literatura infantil na escola. A diretora, com uma boa formação literária, capaz de citar obras de autores clássicos, considera a leitura de obras literárias indispensável ao entretenimento e ao desempenho profissional. No entanto, não se dá prioridade à formação de uma biblioteca na escola, que possui espaços específicos como sala de

vídeo e sala para trabalhos como sucata e música. A justificativa dada para a não existência da biblioteca foi a alta incidência de danos ao acervo e o custo para mantê-lo, o que torna o livro um objeto de consumo caro para a escola.

As professoras, durante a entrevista, enaltecem a produção editorial para criança, a necessidade de os livros estarem presentes na formação da criança e que o papel do professor decisivo no processo. No entanto, admitem não ter acesso a essa produção, desconhecer os lançamentos e só trabalhar com os livros disponíveis na escola e, às vezes, com fotocópias fragmentadas de textos literários.

Apesar de utilizarem todo e qualquer tipo de material escrito (jornal, revista, gibi) a utilização do livro literário é predominante, tanto para as contações de história quanto para o suporte das atividades com conteúdos específicos. Os livros trabalhados em sala de aula são escolhidos pelas professoras, sob orientação das coordenadoras, no acervo da escola, que é atualizado anualmente com uma compra média de 100 livros para toda a escola.

A professora pode selecionar alguns títulos para deixar em sala e ir trocando ao longo do ano. Os critérios de seleção adotados vão ao encontro dos conteúdos que estão sendo trabalhados e estão de acordo com a idade e interesse das crianças. Observam ainda as gravuras e se o texto será capaz de ser compreendido e apropriado pelos alunos. O principal critério de seleção da escola é a intuição de quem seleciona e o custo do livro.

O livro é um produto considerado caro pelas professoras e, portanto, um produto difícil de ser incluído entre os bens de consumo; ficam, assim, dependendo das aquisições feitas pela escola. Mesmo não possuindo uma biblioteca sistematizada num espaço apropriado, as professoras da Escola II afirmaram, durante a entrevista, que quando solicitam algum material bibliográfico são prontamente atendidas, não existindo, portanto, qualquer restrição quanto a obtenção de recursos bibliográficos. Durante um certo tempo, a Escola II chegou a solicitar aos pais, anualmente, dois títulos de literatura infantil para compor o acervo de sala. Nos últimos três anos, a compra desse livro ficou a cargo da própria escola que, a partir da taxa de material cobrada dos pais no início do ano. Em 1996, o número de livros adquiridos não

correspondeu ao número de alunos da escola e contou com a participação dos professores na seleção.

Como a Escola II não adota livros durante o ano letivo, as editoras dispensam a ela pouca atenção; no entanto, o acervo existente, na época da pesquisa, ainda correspondia apenas ao que o mercado editorial de Goiânia oferece.

### **2.3 A presença do livro de literatura em sala de aula**

Durante o período de observação em sala de aula, a principal preocupação da pesquisa era caracterizar as formas como o livro de literatura infantil apareceu na prática pedagógica das escolas, para que fosse possível apreender como esse objeto era percebido e utilizado nesse ambiente específico considerando a relação entre bem cultural e bem de consumo. O trabalho pautou-se pela observação da prática pedagógica da escola, para que a partir deste aspecto fosse possível verificar como o livro é sugerido para as crianças, com que frequência e com que nível de importância atribuída. Em nenhum momento, houve a intenção de discutir a validade metodológica das atividades de leitura desenvolvidas pela escola, uma vez que isto escapa aos objetivos da pesquisa.

Na Escola I, os livros de literatura infantil a serem adquiridos figuram na lista de material exigida no início do ano letivo, entre outros objetos escolares. Mas os títulos eram também vendidos na própria escola. Apesar de haver uma seleção prévia dos títulos indicados — todos são contos de fadas — o critério norteador da seleção foi o preço baixo e a forma de atendimento mantida pela editora e/ou distribuidora.

A solicitação de aquisição de dois livros de literatura infantil por cada aluno teve como objetivo a formação de uma pequena biblioteca de sala de aula; no entanto, somente uma parcela dos alunos comprou os livros. Em uma das turmas, o acervo foi composto de 17 títulos com dois exemplares cada, sendo que desse total, 12 eram da Editora Ática, 4 da Editora FTD, 1 da Editora Rocco e 1 da Editora Maltese. A segunda turma reuniu trinta títulos, sendo 20 da Editora Ática e 10 da Editora FTD.

A quase exclusividade das Editoras Ática e FTD, registrada acima, pode ser decorrência de dois fatores aliados: a falta de conhecimento dos títulos disponíveis no mercado pela equipe pedagógica e a eficiente divulgação efetuada pelas editoras Ática e FTD. É conveniente lembrar que, com relação aos contos de fadas, existem outras editoras que possuem coleções bem acabadas graficamente, com preços acessíveis e adaptações confiáveis; não possuem, contudo, uma estrutura de divulgação e *marketing* forte, voltada para as escolas.

A minibiblioteca de sala era formada pelos livros de contos de fadas que constituíam o pequeno acervo disponível às crianças, sendo que numa turma permaneceram fechados em um armário e na outra, apesar de estarem expostos numa estante, o manuseio e a leitura dos títulos foram pouco estimulados. O livros em exposição atuavam como mais um elemento de decoração da sala e até mesmo, como maneira de demonstrar aos pais sua utilização.

A Escola I tinha um conjunto de atividades regulares que se repetiam diariamente na mesma ordem e seqüência, prevendo a formação de hábitos e a iniciação da criança no universo da leitura e da escrita bem como a preparação para a alfabetização. Entre as atividades sistemáticas havia um momento específico, no início da aula, de leitura de um livro literário. Nas palavras da coordenadora, as professoras procuravam diversificar esse momento, buscando outros espaços físicos para contar as histórias, propondo na seqüência sempre uma atividade de fixação, como desenho ou produção de listas dos nomes dos personagens (habilidade perseguida nesse nível).

A coordenação da escola acredita que a leitura feita pelo professor diariamente favorece o estímulo à leitura. E salienta que apesar dessa prática já existir, para o próximo ano letivo farão um levantamento dos procedimentos necessários para que a criança conviva mais com o livro, para que dê valor ao objeto em todos os momentos em que for utilizado. Será propiciado à criança maior contato com o livro, com mais manuseio e atividades que a motivem a buscá-lo, independentemente da solicitação da professora.

Durante as aulas assistidas, observou-se que a hora do conto é o momento de leitura de um livro de contos de fadas pela professora para posterior

reprodução da história pelas crianças. Essa prática prevê a uniformização de uma conduta — a memorização da história contada — não considerando as diferentes formas de percepção da criança ou até mesmo possíveis dificuldades daquelas que não foram iniciadas no universo da literatura, como se pode constatar na descrição de uma dessas atividades.

A professora anunciou que iria iniciar o momento da leitura de um conto — *O lobo e os sete cabritinhos* — lembrando, portanto, que todos deveriam prestar bastante atenção, porque, após o término da leitura, um deles seria escolhido para recontar a história. Lembrou ainda que, no reconto, deveriam ser usadas as palavras do autor e que o livro deveria ser apresentado pelo título e autor. A criança escolhida, recontou a história com uma linguagem própria e foi repreendida pela professora, que solicitou outra criança que repetisse a atividade, para que a primeira aprendesse a técnica. A segunda garota tinha uma boa memória e recontou a história utilizando alguns termos e trechos conforme o texto original. No final da atividade a professora elogiou o desempenho da última criança, dizendo que o sucesso só foi possível, porque esta havia prestado atenção às palavras do autor.

Uma atividade como o reconto, desenvolvida antes de a criança habituar-se com o texto e sua linguagem e de promover o seu entendimento pela interpretação, impede-a de fazer a reprodução literal (com as palavras do autor) da história que lhe é solicitada. Essa prática não promove as condições necessárias para a produção de sentidos, sugerindo que o objetivo em questão é a apropriação de modelos formais da língua escrita.

A estrutura de narrativa predominantemente utilizada pela escola nessa fase é o conto de fadas, por ser um texto com uma estrutura textual precisa, com começo, meio e fim da narrativa bem definidos e linguagem mais elaborada. Nesse sentido, tal leitura favoreceria a apropriação do código escrito conforme as normas. O reconto surge como principal atividade metodológica adotada pela escola, tendo por objetivo a apropriação da língua escrita, sem os vícios de linguagem, a partir da reprodução literal dos termos adotados no texto, respeitando integralmente o que chamam de "*palavras do autor*".

As outras modalidades de narrativa não são considerados nessa atividade e nem recomendados nessa fase, pela coordenação da escola, que os classifica de “*água com açúcar*” ou “*pseudoleitura*”, o que equivaleria dizer que não possuem uma função pedagógica específica como a que foi delegada aos contos de fadas.

A Escola II organizava um planejamento semanal, distribuindo o tempo em módulos de atividades a serem desenvolvidas a partir de projetos temáticos preestabelecidos. Pelo menos uma vez na semana, o livro de literatura, acompanhado de sua leitura, encontrava-se entre essas atividades; no entanto, figurava como elemento complementar das atividades propostas. Os livros eram permutados periodicamente pela professora, colocados em uma caixa na sala de aula e usados nos espaços de tempo determinados. Registre-se que o acervo disponível na escola era pequeno.

Como a Escola II não dispõe de biblioteca ou sala de leitura, as atividades em torno do livro literário ficam restritas à sala de aula e condicionadas às atividades didático-pedagógicas, não garantindo assim, o livre acesso a acervos diversificados e a possibilidade de leitura livre e descompromissada pela criança.

O texto literário surge no cotidiano da Escola II na forma de fotocópias de trechos de livros, reproduções de poesias em cartazes e por essa pequena caixa de livros, levada para a classe pela professora, que os seleciona no acervo disponível no armário da secretaria da escola. O acervo restrito, do qual foram retirados os livros que permanecem em sala, quase nunca está ao alcance das crianças: os livros ficam no armário e são retirados apenas pela professora, que deve responsabilizar-se pela integridade deles.

Numa atividade desenvolvida durante o período de observação, com a turma de crianças entre 3 e ½ e 4 e ½ anos, em um dos momentos de leitura dos livros existentes na sala de aula, foi possível perceber a excessiva recomendação pela integridade dos livros por parte da professora. Os livros saíram do armário e foram espalhados pelo chão para que cada criança escolhesse um e em função da disposição dos livros e do estímulo para que todos escolhessem um, a euforia tomou conta dos

alunos e alguns livros foram disputados. A professora interferiu e interrompeu o processo para comentar o resultado da confusão, livros estragados e de volta para o armário, depois de devidamente contados. A forma como os livros encontram-se armazenados, tanto na secretaria da escola, como na sala de aula, só favorece a falta de habilidade das crianças no trato diário com o objeto.

Apesar da excessiva preocupação, a professora citada proporciona às crianças um espaço de leitura livre e promove uma interação em que o envolvimento dos alunos é bastante estimulado, resgatando inclusive a individualidade do ato de ler. Cabe ressaltar que esse envolvimento é característico em todas as atividades desenvolvidas pela professora, que demonstra ter uma grande habilidade para se relacionar com as crianças. Durante o período em que cada criança estava com um livro, uma delas solicitou à professora que lesse a história para ela e recebeu como resposta que naquele momento não seria possível porque também estava lendo. Uma outra criança que estava do lado se ofereceu para ler, e com a concordância da primeira, conta entusiasmada a história que foi inventando página por página.

A condução do trabalho com a literatura infantil da segunda professora, numa classe mais jovem, em poucos momentos pareceu envolver as crianças. Os problemas observados foram a falta de preparo da leitura a ser feita pela professora; dinâmica de leitura inadequada para a idade em questão; interrupções excessivas por parte da professora durante a leitura interferindo na linearidade da narrativa; repetição da mesma história com as mesmas atividades durante uma semana.

A prática de leitura desenvolvida ao longo dessa semana foi a contação da história *O chapeuzinho vermelho*, numa versão adaptada, alterada e condensada. Na condução da atividade, evidenciou-se a falta de planejamento e leitura prévia do conto, pela falta de linearidade no momento da apresentação da narrativa. A história foi interrompida com frequência com perguntas sobre a narrativa para que as crianças respondessem, mesmo sem ter feito a leitura integral do texto. A dinâmica se repetiu ao longo da semana e, nem mesmo na primeira aula, o livro foi apresentado integralmente, apesar de ser uma história bastante conhecida. Do modo como a leitura foi trabalhada, a ação da professora não oferece condições para que a criança estabeleça uma interlocução com o texto.

O trabalho de leitura literária na Escola II não garante à criança a apropriação do livro como um bem cultural e sua inserção nos hábitos culturais da criança restringe-se à condição de recurso pedagógico e, ainda, com poucas opções de livros a oferecer. As atividades desenvolvidas não possuem sistematicidade e denotam uma falta de conhecimento, por parte do professor, da linguagem constitutiva do texto literário.

A relação das professoras com o livro literário é mediada pelas possibilidades de atividades apresentadas por ele, uma vez que a orientação metodológica é explorar a história com o máximo de atividades possíveis (sucata, argila, colagem, desenho entre outras). O texto literário é utilizado como mais um recurso para garantir a habilidade plena da leitura e criar temas para trabalhos complementares com outras linguagens.

No relato da atividade de leitura do livro *O macaco vermelho*, de Mário Lago, pode-se observar a instrumentalização da leitura desde o momento de sua apresentação. A partir da capa, a professora propõe a adivinhação do título e o posterior registro no quadro. Após inúmeras sugestões, o nome do livro surge e a professora começa a ler a história que na sequência é recontada pelas crianças.

As atividades desenvolvidas após a leitura do livro não resgatam o texto literário em sua narrativa, utilizando-o apenas como pretexto para o trabalho de recorte de papéis coloridos das figuras dos personagens, fixação da escrita por meio da cópia do título da história e de representação da história com os personagens moldados na argila.

O repertório de leitura das professoras se traduz na prática pedagógica exercida em sala de aula. A condução das atividades em torno do livro infantil demonstra certa inexperiência e inabilidade no trato com o livro enquanto instrumento de trabalho, decorrentes, entre outros fatores, da falta de assiduidade do ato de ler e do desconhecimento da produção literária disponível. Esse quadro faz que a leitura do livro literário ocorra sempre numa associação direta com exercícios a serem cumpridos, como alternativa para a formação do hábito e a fixação da estrutura da língua materna.

## 2.4 Ambiente de leitura e acervos disponíveis

Os espaços de leitura nas duas escolas foram observados considerando os seguintes aspectos: a instalação — sua existência e adequação —, o acervo — a política de seleção e atualização — e a utilização do espaço de leitura.

Os acervos das escolas foram avaliados com base nos critérios extraídos de um roteiro elaborado por Yunes (198\_) para o Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil — FNLIJ, destinado à análise e seleção de livros infanto-juvenis quanto à qualidade das publicações. Esse roteiro servia de suporte para um grupo de leitores, responsáveis pela leitura e análise dos livros indicados para a premiação anual da produção editorial brasileira, feita pela FNLIJ. Esse grupo é constituído por críticos literários, bibliotecários, professores e livreiros, com representação nacional. É necessário ressaltar que os referidos critérios são genéricos e não exaustivos e, às vezes, imprecisos em sua definição. A utilização desses critérios tem demonstrado que eles não são estáticos, devendo ser constantemente revistos em função da variedade de livros lançados anualmente no mercado.

Os critérios da FNLIJ, elaborados por Yunes e utilizados na avaliação dos acervos das escolas, foram reunidos seguindo aspectos globais e listados na forma de itens a serem considerados permitindo classificar os livros em recomendáveis e não recomendáveis:

### ***“RECOMENDÁVEIS:***

- *considerar os interesses das crianças;*
- *livros prazerosos gráfica e literariamente falando;*
- *valorização do livro enquanto objeto global;*
- *articulação entre texto e imagem*
- *originalidade do texto e/ou ilustração;*
- *uso adequado da língua vernácula;*
- *regionalismos entendidos no contexto;*
- *respeito à inteligência e sensibilidade da criança;*
- *nível de leitura para a idade em questão.*

### ***NÃO RECOMENDÁVEIS:***

- *textos pseudoliterários;*
- *livros com valores estéticos comprometidos com outros interesses: temáticos, pedagógicos, ideológicos, moralizantes etc.;*

- uso da linguagem inadequado;
- linguagem pouco original, limitada, repetitiva com emprego de lugares-comuns;
- estilo retórico e rebuscado, excesso de diminutivo e de linguagem infantilóide;
- excesso de regionalismos que comprometem a compreensão do texto;
- indução a qualquer preconceito, ou à subestima de alguma cultura, ou grupo social, racial ou religioso.(198\_: 04)”.

A própria formulação desses critérios já revela as dificuldades encontradas de estabelecê-los com clareza e precisão e, conseqüentemente, de utilizá-los como parâmetros de avaliação. Apesar desses limites, um exame dos acervos das escolas a partir destes critérios permite uma descrição aproximativa deles, não sendo pretensão deste estudo discutir questões de teoria literária.

A Escola I, apesar de possuir uma sala de leitura com mais de 5.000 títulos de literatura infantil, não a disponibiliza para o uso da pré-escola, estando destinada apenas aos alunos de 1a. a 4a. séries. O acervo foi iniciado com os livros de divulgação fornecidos pelas editoras, acrescido, na época da criação da sala de leitura, dos livros previamente selecionados por uma livraria especializada. A atualização ocorria sempre no final do ano, com a aquisição de títulos em lançamento, que não haviam chegado através dos esquemas de divulgação editorial.

Esse suporte de leitura existente na sala de leitura da Escola I era oferecido em quantidade e diversidade somente a partir da alfabetização, ficando os alunos da pré-escola restritos ao pequeno acervo disponível em sala de aula, denominado “Biblioteca de sala”. Esse acervo era constituído por livros adquiridos pelos alunos no início do ano, indicados na lista de material fornecida, correspondendo a dois títulos diferentes por criança.

A primeira turma pesquisada, dispunha de 68 exemplares, sendo 34 títulos diferentes e a segunda turma possuía dois exemplares de cada um dos trinta títulos indicados (Quadro 8). A princípio, o número de livros em cada sala de aula deveria corresponder ao dobro do número de alunos; no entanto, nessa segunda turma algumas crianças deixaram de levar os seus exemplares.

## Quadro 8

Títulos disponíveis na “Biblioteca de Sala” das turmas 1 e 2 da Escola I

Título	Editora	Exemplares
<b>Turma 1</b>		
Coleção Abracadabra /Audrey Wood	Ática	12
Coleção Contos de Ouro	FTD	12
Coleção Contos de Grimm	Ática	20
Contos de Andersen/Mary e Eliardo França (adap.)	Ática	16
O príncipe sapo / Alix Berenzy	Rocco	02
O servo fiel / Darly N. Scornaienchi	Maltese	02
Contos de Perrault / Ruth Rocha (adap.)	FTD	02
Os músicos de Bremen	FTD	02
<b>TOTAL</b>		<b>68</b>
<b>Turma 2</b>		
Coleção Abracadabra /Audrey Wood	Ática	12
Coleção Contos de Ouro	FTD	12
Coleção Contos de Grimm	Ática	20
Contos de Andersen/Mary e Eliardo França (adap.)	Ática	16
<b>TOTAL</b>		<b>60</b>

Os livros agrupados por coleção se repetiam nas duas turmas pesquisadas e em ambas existiam dois exemplares de cada. As coleções da Editora Ática apresentam tradução e adaptação dos contos de fadas originais, realizadas por renomados autores como Ana Maria Machado e Ruth Rocha. A coleção da Editora FTD não menciona qualquer informação a respeito da origem da tradução e adaptação, apresentando textos com distorções que comprometem a história original.

Quanto aos títulos avulsos, apenas a edição de *Os contos de Andersen*, com adaptação de Ruth Rocha, apresenta uma versão bem elaborada. Os títulos restantes — *Os músicos de Bremen*, *O príncipe sapo* e *O servo fiel* — são edições comprometidas por apresentarem versões que simplificam e empobrecem as narrativas.

Num primeiro contato com os dados sobre os títulos disponíveis, tem-se a impressão de que os livros selecionados são suficientes. No entanto, se dimensionada a quantidade em relação ao número de crianças para o período de uso de um ano, o quadro se modifica. Uma turma de 34 alunos dispõe de um acervo de aproximadamente 17 títulos em duplicata e o mesmo acervo se repete na outra turma, salvo alguns dois ou três títulos diferentes.

Além de condicionar a criança a esse pequeno acervo de sala de aula, os títulos disponíveis sequer apresentam a diversidade necessária à utilização que a Escola I faz dos contos de fadas. Conforme relato das professoras, o interesse das crianças pelos livros desaparecia ao final dos dois primeiros meses do ano. Associado à pouca oferta de títulos, há de se considerar o fato de os livros permanecerem trancados no armário de uma das turmas, estando acessíveis aos alunos, algumas vezes, no início das aulas, quando as crianças, ao chegarem, encontram os livros espalhados sobre as mesas.

A Escola II possuía um acervo de aproximadamente 500 títulos de literatura infantil, trancado num armário da secretaria, disponível apenas ao trabalho do professor em sala de aula. Os livros saíam para empréstimo aos professores, que se responsabilizavam por sua utilização e conservação. Cada professor selecionava os títulos para compor o acervo de sala de aula, e estes eram levados e devidamente trancados no armário, com uso no momento determinado para leitura, quando eram postos à disposição das crianças. Essa prática foi observada em apenas uma das turmas, sendo que na outra, além de a professora passar a semana toda contando apenas uma história, não eram proporcionadas ao aluno situações em que lhe fosse permitido o manuseio dos livros.

Na realidade, o que norteou essa modalidade de biblioteca fechada, segundo explicações fornecidas, foi o desgaste sofrido pela maioria dos livros, em situações anteriores, quando era permitido o livre acesso ao acervo. Já existiu na escola uma sala própria para biblioteca, em que cada professora tinha seu horário específico para levar seus alunos e desenvolver algumas atividades. A justificativa do fechamento do espaço foi unanimemente afirmada pela direção e pelas professoras: a grande confusão gerada pelo livre acesso aos livros e as freqüentes mutilações sofridas

por eles. No entanto, não havia uma pessoa responsável pela biblioteca que orientasse seu uso ou que houvesse definido objetivos e atividades para promoção da leitura.

O fato evidencia a falta de adequação, conhecimento e investimento num espaço que, na realidade, é um instrumento pedagógico de fundamental importância na formação do indivíduo. As atividades, possivelmente, não funcionavam porque nem mesmo as professoras sabiam o que fazer no espaço da biblioteca e, certamente, não estavam preparadas para orientar uma criança para usá-la em todas as suas potencialidades.

À época da pesquisa, a política de leitura literária desenvolvida pela escola era bastante deficitária, a atualização do acervo, irrisória e o processo seletivo bastante confuso e com uma função específica de subsidiar as atividades de aquisição da escrita. Como as atividades de cada nível tinha um projeto anual multidisciplinar a ser desenvolvido sobre um assunto específico, os livros foram escolhidos pelas professoras em função dessa atividade ou do desenvolvimento de alguma habilidade no processo de aquisição da leitura.

Quanto à qualidade dos acervos, verificou-se que o da Escola II resulta de um agrupamento aleatório de títulos, sem uma seleção prévia ou destinação específica para os níveis diferenciados de crianças que atende (de um a sete anos). Os livros de contos de fadas, para especificar uma estrutura narrativa, eram edições que não garantem a qualidade de seus originais, como a coleção “Conte outra vez”, da Editora Globo, em que a apresentadora de televisão Xuxa apresenta uma coletânea de contos acompanhados de fitas cassete, em que a imagem da apresentadora é valorizada em detrimento da história.

O acervo da Escola I oferecia uma grande diversidade de gêneros e estilos; a maioria dos livros era de interesse das crianças e tinham produção gráfica bem cuidada, que os tornava objetos prazerosos, agradáveis de serem lidos e manuseados. O conjunto de títulos oferecia oportunidades de as crianças e professores se depararem com uma boa amostragem dos considerados clássicos do gênero infantil, como Monteiro Lobato, Ruth Rocha, Ziraldo, entre outros. Como a escola adquiria periodicamente alguns títulos novos para recompor seu acervo, os textos considerados

pseudoliterários, oriundos de doações feitas pelas editoras, não comprometiam o conjunto do acervo, mesmo porque constituem elementos importantes, em uma coleção de livros, para o estabelecimento de parâmetros comparativos de qualidade.

Um aspecto relevante a ser considerado na Escola I é a influência exercida sobre o acervo da “sala de leitura” do material de divulgação das editoras destinado a garantir maior número de adoções. O procedimento, cada vez mais recorrente, dessas editoras fez que a escola diminuísse o investimento na compra de títulos de outras editoras e conseqüentemente reduzisse a diversidade dos livros oferecidos na “sala de leitura.” O fato de a sala de leitura da escola não ficar disponível para as crianças da pré-escola restringia o contato dessas crianças aos poucos títulos encontrados em sala de aula.

A Escola II possuía um acervo pequeno, que refletia a falta de preocupação da equipe pedagógica com a formação de um acervo adequado aos interesses das crianças na idade pré-escolar, pois resultava de um agrupamento aleatório de títulos, advindos de doações de alunos e de editoras e de compras esporádicas. De modo geral, os títulos eram representativos quanto à existência de autores consagrados e quanto à boa adequação entre texto e produção gráfica. No entanto, os livros existentes não correspondiam aos interesses das crianças, com idade entre 1 e 7 anos, quanto a quantidade e diversidade de material, não atendendo igualmente a todas as idades. Um outro aspecto analisado foi o excessivo número de obras adaptadas dos contos de fadas, de forma pasteurizada e reduzida e a pouca atualização do acervo. O livro mais recente da escola era de 1994, sendo que a maioria das edições era do período de 1986 a 1992, o que sugere o desinteresse da escola em formar e manter um acervo atualizado. A forma como os livros encontravam-se dispostos num armário trancado na secretaria da escola, em vez de ficarem disponíveis em um espaço apropriado, comprometia seu acesso e uso.

## **2.5 As escolas e o mercado editorial**

Entre a criança e o livro, encontram-se mediações que fogem ao domínio pedagógico. Mesmo que pareça pouco consistente à primeira vista, a forma como as editoras se relacionam com as instituições de ensino exerce influência sobre o

uso que a escola faz do livro de literatura infantil, uma vez que cabe à editora — na figura de uma empresa — controlar todo o processo de edição de um livro, que vai da seleção do texto à colocação do produto no mercado.

Diante da crescente escolarização do livro de literatura para crianças, amparada pelo discurso da necessidade de se promover pedagogicamente a literatura infantil como instrumento de incentivo à prática de leitura, os interesses empresariais invadiram o contexto escolar. A indústria editorial adotou o discurso pedagógico e transformou, sutilmente, o espaço da escola em entreposto comercial de seus produtos.

Nesse sentido, as escolas particulares tornaram-se um segmento de mercado bastante disputado pelas editoras, para o escoamento de seus produtos, com a garantia de resultados lucrativos. A disputa por esse segmento é marcada pelas ações de *marketing* agressivo dos divulgadores e denuncia o tom aliciador do diálogo mantido entre as editoras e as escolas. No entanto, os interesses envolvidos nessa relação não são explícitos; cuidadosamente, mascara-se a troca de favores eventuais entre as duas instituições com um discurso que na aparência, é mais pedagógico e menos comercial.

O grau de interesse das editoras varia conforme o tamanho da escola e o poder aquisitivo dos alunos, fatores que determinam sua perspectiva de faturamento. Isso foi verificado na comparação da relação que o mercado mantém com cada uma das escolas pesquisadas.

A Escola I, com mais de 1.500 alunos — de pré-escola à 8ª série — recebia um tratamento bastante diferenciado das editoras. As visitas ocorriam a cada início de bimestre e a divulgação incluía a oferta dos lançamentos. Essas ofertas justificavam-se pelo número de livros de literatura adotados mensalmente pela escola, com compra e leitura obrigatórias pelos alunos de todo o ensino fundamental. As adoções geralmente privilegiam as editoras que melhor atendem a escola, influenciando a política de aquisição de livros para a “sala de leitura”, uma vez que, com o aumento da oferta de livros pelas editoras, as compras diminuem e desequilibram a diversidade necessária que um acervo deve ter. Como a adoção sistemática iniciava-se a partir da

1ª série, a atenção das editoras com a pré-escola era quase inexistente, por não representar possibilidade de faturamento a curto prazo.

Na Escola II a situação era bastante diversa. Por atender somente a fase pré-escolar e não garantir a adoção sistemática, o contato das editoras ocorria esporadicamente e a oferta de lançamento era restrita. Como a equipe pedagógica mantinha-se informada a partir dos catálogos das editoras, o conhecimento do universo literário disponível tornou-se, também, restrito.

Foram observados, nas duas escolas pesquisadas, o grau de interferência do mercado editorial em seus contextos, a partir da análise das relações comerciais estabelecidas, e a periodicidade de adoção e de representatividade de venda que significavam para as editoras. Na Escola I, a indústria editorial marcava sua presença por meio de visitas periódicas e freqüentes, para fornecer material de divulgação ou atender, de imediato, qualquer solicitação que fosse feita pela equipe pedagógica. Entre as editoras mais presentes estavam Ática, FTD e Moderna. Quanto à Escola II, que não merecia das editoras o mesmo tratamento concedido à Escola I, por não apresentar potencial de adoções e vendas, a situação era curiosa. A falta de contatos mais regulares com o mercado ocasionou o pouco interesse da equipe pedagógica em acompanhar os lançamentos da área de livros de literatura infantil. Se não havia visitas das editoras à escola, o conhecimento do que existia no mercado ficava condicionado aos cursos e eventos de que os professores e coordenadores participavam ou às indicações de jornais e revistas, reduzindo assim, a possibilidade de uma maior circulação do livro na escola.

Diante do quadro apresentado, pode-se afirmar que, estando ou não presentes diretamente nas escolas, as editoras interferem na forma como o livro de literatura infantil circula no espaço escolar.

## **2.6 Considerações finais**

A investigação nas Escolas I e II permitiu verificar que o livro de literatura infantil no ambiente escolar ainda é confundido com o livro didático. Essa característica de uso da estrutura literária como se fosse um texto didático é identificável na forma como a equipe pedagógica, de ambas as escolas, encara o livro

de literatura infanto-juvenil nas atividades escolares; na presença e na utilização desse livro nas atividades de sala de aula; nos espaços a ele destinados e, finalmente, na maneira como as editoras divulgam seus produtos.

Assim sendo, revendo cada uma dessas variáveis de análise do livro de literatura infantil no contexto escolar observadas no decorrer da pesquisa, foi possível fazer as observações que se seguem:

Considerando as declarações feitas nas entrevistas e os procedimentos observados em sala de aula, ambas as escolas não consideram o livro de literatura infantil uma forma de expressão artística de apropriação lúdica do real. Isso confirma a explicação de Bordini

*“na escola, o texto literário deveria guardar essa característica lúdica, mas não é o que sucede na maior parte das salas de aula. Mesmo a literatura de reconhecido valor artístico nelas perde seu poder de encantamento e de transporte de vivências imaginárias alternativas, pois não é lida em si, mas para. Ensina-se literatura para redigir melhor. Tornando-se matéria para adornar outras ciências, o texto literário se descaracteriza e afasta de si o leitor.” (1989:09)*

O texto literário vira *pretexto*, para auxiliar na alfabetização, para aprender a estrutura da língua, para futuramente aprender gramática ou enriquecer o vocabulário. A leitura do texto literário, ficando restrita ao ambiente escolar, deixará de existir assim que o sujeito, já adulto, sair da escola e não *“estiver sujeito às suas exigências”*. Nessas condições, *“o prazer do próprio texto de arte verbal não é descoberto pela criança.” (BORDINI, 1989:09).*

Verificou-se ainda que, em ambas as escolas, o livro de literatura não é considerado em seu todo constitutivo, formado pela interação do texto, ilustrações e projeto gráfico. A imagem é tratada como elemento decorativo e a pouca importância dada ao aspecto gráfico reflete-se nos textos fotocopiados e utilizados nas atividades de leitura, e a estrutura literária é usada como texto complementar de conteúdos didáticos.

Em nenhuma das atividades observadas nas escolas pesquisadas utilizou-se o livro infantil como um objeto composto por estruturas complementares. O uso exclusivo do texto, em detrimento das ilustrações e projeto gráfico, leva à

suposição de que o livro enquanto objeto é dispensável. O texto ficcional é abordado do mesmo modo que um texto informacional e, apesar de acontecer diariamente, sua leitura não é capaz de envolver a maioria dos pequenos leitores. Em um dos momentos cotidianos de contação de história observados numa das escolas, o envolvimento da criança é comprometido com a exigência do professor para que extraia o sentido literal do texto a partir da repetição das expressões do autor.

Como a escola assume o papel mediadora entre o livro e sua leitura para a criança, o caráter educativo do livro é valorizado em detrimento de seu potencial lúdico. Em ambas as escolas pesquisadas, a literatura infantil é consumida sistematicamente; mas sua utilização se dá em função de conteúdos programáticos, especialmente da língua portuguesa, e a possibilidade do lúdico foi substituída por atividades rotineiras, com a função de garantir a plena aquisição da leitura e da escrita. Para Zilberman,

*“A literatura infantil (...) confundiu-se com a própria escola, estabelecendo-se, em conseqüência, uma relação simultaneamente metafórica e metonímica entre a espécie literária e a instituição pedagógica: o livro tornou-se tanto o simulacro da escola, por ensinar sempre uma atitude ou um saber à criança; e conformou-se em atuar como instrumento de ensino, ao ser introduzido na sala de aula na forma simulada de livro didático”*(1984:100)

Apesar de adotar medidas coercitivas e um conceito de natureza pragmática para o trabalho com o texto literário, é necessário lembrar que ainda cabe à escola o papel de difundir a leitura dessa estrutura textual entre as crianças. Naturalmente, essa prática necessita ser revista, considerando, antes de mais nada, a formação do professor mediador do processo.

Tomando o modelo para a formação de hábitos como parâmetro básico da pré-escola, pode-se considerar que a condição de ser leitor é imprescindível ao professor dessa fase. Conseqüentemente, a assiduidade com que o professor visita textos literários permite-lhe transitar pela estrutura do texto com mais segurança, resgatando seu caráter lúdico e estabelecendo um jogo a partir da linguagem, das idéias e das formas, sem estar subordinado a um objetivo prático imediato.

As declarações da equipe pedagógica de ambas as escolas mostram que elas vêem o livro como principal instrumento de promoção da leitura como fator indispensável à comunicação e ao desenvolvimento e progresso do indivíduo. No entanto, livro de literatura infantil é inserido no contexto pedagógico apenas como instrumento de fortalecimento do processo de alfabetização e encarado como produto de mercado que deve adaptar-se às necessidades surgidas nas diversas fases do período escolar.

A presença do livro de literatura infantil na sala de aula da pré-escola está condicionada ao estágio em que as crianças começam a dominar o código escrito, sem, no entanto, ter a fluência e a segurança para exercer a possibilidade de escolha do tipo de obra que lhes interessa. Para assegurar o sucesso da tarefa de alfabetizar, as escolas tomaram a estrutura do texto literário como substituto das antigas cartilhas. É patente, nas atividades envolvendo o texto literário, a assimilação de uma tarefa meramente escolar: iniciar a criança no contexto do código escrito e habituá-la ao formato diversificado das letras.

As editoras há muito investem na edição de livros de literatura infantil destinados a crianças em fase de alfabetização. Em 1978, a Ática lançou a “Coleção Gato e Rato”, de Mary e Eliardo França, composta inicialmente por seis volumes. Hoje, vinte anos depois, não pára de crescer e conta com 33 títulos. No catálogo da editora, encontramos a coleção classificada para ser utilizada a partir da pré-escola e no próprio livro a sugestão de sua destinação “*para crianças que estão se alfabetizando*”.

Zilberman (1988) discute esse assunto, lembrando que, as coleções são redigidas e ilustradas por autores consagrados, para garantir prestígio e compensar a inclinação didática e paraescolar. Além disso, a produção gráfica esmerada é um recurso capaz de atrair as crianças e motivar o consumo dos livros.

O processo de utilização do livro é um círculo vicioso. De um lado, garante às editoras uma maior permanência de seus produtos no ambiente escolar e a facilidade de uma divulgação dirigida dos livros, o que eleva, conseqüentemente, a possibilidade de faturamento; de outro, proporciona às escolas a facilidade de conduzir

o trabalho pedagógico de maneira uniforme. Ao restringir o uso dos livros literários a sua utilização em atividades de ensino, valoriza sua condição de bem de consumo em detrimento de sua condição de bem cultural e favorece a mercantilização do produto no espaço escolar.

Ao condicionar o uso do livro de literatura infantil à sala de aula, as escolas pesquisadas reforçaram a exclusividade do caráter didático-pedagógico já existente. Em ambas as escolas, a falta de um ambiente de leitura diferenciado da sala de aula não oportunizou o contato das crianças com a diversidade de estilos do universo literário e muito menos seu convívio com o gênero como representante de uma expressão artística e cultural.

Assim sendo, as crianças encontram-se condicionadas a uma seleção básica e títulos feita para atender funções didáticas e conteúdos específicos em sala de aula. O processo de seleção de livros pelo professor deve servir para estabelecer outra relação da criança com o livro, pois, enquanto a criança não tiver uma convivência íntima com o objeto livro, capaz de destruir a imagem sacralizada que este possui, os trabalhos literários continuarão a ser mais uma atividade avaliativa, e as possibilidades de a criança vir a ser um leitor tornam-se remotas. O prazer do texto só aparece com o convívio, nas possibilidades de acesso a livros de qualidade e em quantidade.

O modo como as Escolas I e II promovem a leitura não favorece a criação de condições concretas para que os mais variados suportes de informação circulem e raras são as ocasiões em que a biblioteca, como espaço que reúne, organiza e promove a leitura, é considerada fator de importância para o ensino nessas escolas. Parecem desconhecer que a biblioteca escolar atua como importante fator no processo de promoção da leitura, como um espaço que tanto reúne diversos materiais de leitura quanto dissemina seu uso, facilitando às crianças o acesso ao mundo das publicações e transformando as condições de trabalho do professor. Faz-se necessário conquistar e organizar um espaço que articule a leitura enquanto busca de conhecimento, recreação e fruição estética dentro do contexto pedagógico da escola.

Mesmo a falta de informação do professor sobre a produção editorial poderia ser sanada, a partir do acervo de uma biblioteca. Esta poderia proporcionar ao

professor as possibilidades de se tornar um leitor bem informado, conhecedor da produção que está sendo indicada a seus alunos. Não dá para orientar a seleção apenas por catálogos do mercado editorial, como habitualmente ocorre. A originalidade, enquanto qualidade literária, não transparece em sinopses de catálogo, em que todas as publicações são consideradas obras-primas. É uma qualidade que só pode ser encontrada na interação do leitor com a obra, na capacidade que o texto tem de envolver pela empatia com os personagens, na identificação com eles. O modo como os livros são apresentados nos catálogos das editoras não permite que o professor reconheça nos títulos expostos a qualidade real do produto, que aparece deformada, estabelecendo para si mesmo critérios para avaliar o que lhe é oferecido.

No texto *“O fetichismo da música e a regressão da audição”*, Adorno reflete sobre a decadência do gosto musical e faz uma afirmação que, embora seja sobre a música, é válida para outros produtos culturais. Ele afirma que o comportamento valorativo torna-se uma *“ficção para quem se vê cercado de mercadorias”* padronizadas e manipuladas exclusivamente *“à base de chances de venda”* (1996:66).

Com a literatura infantil o processo não é diferente. A evidência de sua característica de mercadoria é constituída pelo que Adorno qualifica de *“valores”* consumidos, que atraem afetos sobre si *“sem que suas qualidades específicas sejam sequer compreendidas ou apreendidas pelo consumidor”*(1996:77). Nos catálogos, os livros são dominados pelo caráter fetichista da mercadoria. A maneira como as editoras divulgam seus produtos, com a distribuição gratuita de exemplares de títulos em lançamento, está orientada para garantir as adoções escolares.

Avaliando o setor de bens culturais em geral, Adorno afirma:

*“É óbvio que no setor dos bens da cultura o valor de troca se impõe de maneira peculiar. Com efeito, tal setor se apresenta no mundo das mercadorias precisamente como excluído do poder da troca, como um setor de imediatidade em relação aos bens, e é exclusivamente a esta aparência que os bens da cultura devem seu valor de troca. Ao mesmo tempo, contudo, fazem parte do mundo da mercadoria, são preparados para o mercado e são governados segundo critérios deste mercado.”* (1996:78)

O professor, por seu despreparo para analisar a produção editorial brasileira, que irá utilizar no espaço escolar, e por sua dependência do material de divulgação da indústria editorial, pode ser identificado com o que Adorno chama de *“consumidor transformado em escravo dócil”*, rendendo-se aos *“caprichos teológicos da mercadoria”*, deixando-se enganar totalmente e perdendo autonomia de ação (1996:80).

A possibilidade de resistência a essa situação encontra-se na postura que deve ser adotada pela escola em face da inserção do livro de literatura infantil, ou de qualquer outro produto cultural no processo pedagógico: conhecer e resguardar suas características constitutivas e o limite de sua utilização no contexto educacional, para que, assim, seu caráter literário não seja minimizado.

## CONCLUSÃO

Este trabalho pretendeu verificar a influência do mercado editorial na forma de inserção do livro de literatura infantil no contexto escolar, desde a pré-escola. Já foi comprovado, em estudos realizados por especialistas como Regina Zilberman e Marisa Lajolo, que o livro literário adquire características de livro didático quando sua promoção é associada à prática pedagógica.

O caráter didático conferido ao livro literário brasileiro em geral — mas, acentuadamente ao infanto-juvenil — no contexto escolar pode estar relacionado com um dado que extrapola a história da literatura infantil, embora tenha promovido uma mudança radical em seu curso: a reforma de ensino proposta pela lei 5.692/71, que institucionalizou a adoção de obras literárias na escola. Estava instituída a relação de dependência entre a produção de livros de literatura infanto-juvenil e o contexto escolar. E em função da falta de preparo das próprias escolas para lidar com o novo recurso e para que melhor se ajustasse às necessidades e exigências do currículo, esse gênero submeteu-se à redução de suas características literárias.

Desde então, o mercado editorial organiza-se para induzir o professor a utilizar a literatura com o propósito de garantir o bom desempenho gramatical do aluno ou em estudos específicos de Ciências ou de qualquer outra disciplina. As editoras passam a lançar obras tendo em vista a escola como fonte direta de consumo e a obra literária como pretexto para aquisição de conhecimentos ou hábitos não relacionados com a literatura. O despreparo do professor para absorver o livro de literatura como recurso didático facilita a ação das editoras.

Apesar de suas características constitutivas bastante singulares, o livro é primeiramente mercadoria, inserido num setor da produção capitalista e, como tal, é rentável, ou seja, produz lucro. Para garantir o lucro, seus produtores utilizam recursos próprios da dinâmica necessária ao desenvolvimento do capital. No entanto, mesmo sendo mais uma das inúmeras mercadorias postas para o consumo pela indústria cultural e estar submetido às mesmas condições de produção, comercialização e consumo dos outros produtos, o livro literário ainda guarda em sua forma a relação,

simultânea e indissociável, do material com o espiritual. Este torna-se, ao mesmo tempo, veículo de massificação pelo modo como é tratado, e possibilidade de superação dessa condição, pelas características inerentes à criação artística.

Não é difícil comprovar que, ao longo de sua história, o livro de literatura infantil incorporou um caráter essencialmente escolar e didático, passando a ditar regras e normas às crianças e transformando-se em mero instrumento de ensino das escolas. Ao transformar-se em apenas mais um item na lista de material escolar, passou a estar à mercê das regras do mercado editorial. A dimensão do mercado de livros para criança pode ser avaliada a partir dos catálogos das editoras e das bienais do livro, ao longo dos últimos 20 anos. Percebe-se facilmente a adequação entre a mercadoria *livro* e o mercado consumidor, sendo a figura da criança consumidora mediada pela exigência escolar.

A literatura infantil tem seu fluxo, acesso e leitura determinados pelos procedimentos escolares, desde que firmou-se como subsidiária da educação. Como mercadoria, encontra-se fortemente marcada pelas determinações do mercado livreiro. Em certa medida, o mercado editorial brasileiro tem sua história traçada no contexto da escola, pois surgiu associado ao fortalecimento da instituição escolar. Não foi por acaso que os livros destinados ao consumo escolar, entre eles os literários, tornaram-se o segmento de investimento mais seguro e de retorno mais garantido das editoras. A produção editorial brasileira hoje é predominantemente voltada para o consumo escolar, sendo que obras de interesse geral representam apenas 22% do faturamento total do mercado.

No intuito de verificar a atuação da indústria editorial no ambiente escolar, buscou-se, a partir da pesquisa realizada em duas escolas particulares de Goiânia, identificar as formas de circulação do livro de literatura para criança na pré-escola, bem como seu uso; caracterizar os ambientes de leitura disponíveis e sobretudo, explicitar a forma de participação do mercado editorial no processo. A metodologia escolhida mostrou-se efetiva para a elucidação do problema da circulação do livro de literatura infantil entre crianças da pré-escola, na medida em que permitiu evidenciar alguns pressupostos formulados anteriormente: (1) o mercado editorial interfere no modo como, na escola, o livro de literatura infantil é inserido na prática

pedagógica; (2) na escola, o livro adquire um caráter e um tratamento de livro didático; (3) as ações de *marketing* da indústria editorial induzem ao uso didático do livro literário e as escolas reforçam essa prática confinando a literatura no espaço pedagógico; (4) a escola, apesar de ser o espaço por excelência de iniciação da criança no universo literário, não produz as condições mínimas para que isso ocorra.

É a partir do início da escolarização, ainda em fase pré-escolar, que a criança aprofunda seu contato com o livro de literatura infantil. Como ele recebe um tratamento de livro didático, o texto literário é um produto bastante disputado pelo mercado editorial. A pesquisa confirmou a hipótese que orientou esse estudo: a relação estabelecida pela criança com o livro de literatura sofre interferências das ações de *marketing* da indústria editorial. Além disso, permitiu avançar para a afirmação de que o caráter de livro didático emprestado à obra literária é reafirmado pelas editoras em suas ações de promoção do produto, o que interfere decisivamente na natureza da interação da criança com a literatura.

As investigações realizadas nas escolas permitiram aprofundar a análise das questões propostas e, ainda, constatar elementos importantes para a continuidade deste estudo. Verificou-se, por exemplo que, apesar de as escolas pesquisadas apregoarem o estímulo à leitura e a importância da literatura infantil na fase pré-escolar, elas ainda não dispõem de alguns pré-requisitos fundamentais para o desenvolvimento de um trabalho que extrapole as práticas condicionantes do livro didático. Por exemplo, não existe um investimento efetivo na formação do professor como mediador de leitura, nem tampouco lhe é cobrada essa condição; não se registrou um encaminhamento didático-pedagógico subjacente à orientação e produção da leitura literária visando assegurar maior liberdade ao leitor; e não existe estrutura física e material que garanta às crianças uma biblioteca num espaço apropriado, com equipamentos e acervos adequados e, o essencial, com recursos humanos preparados.

A pesquisa sugere que as escolas, em especial as de grande porte, têm sido usadas basicamente como um dos pontos de escoamento dos produtos da indústria editorial, não reunindo sequer condições para uma circulação mais ampla e diversificada dos títulos disponíveis no mercado. A intensificação da relação comercial entre escolas e editoras contribui para um processo de banalização do livro de

literatura no espaço escolar, pois, ao enquadrá-lo como material didático, acaba transformando-o em um produto descartável que tem sua aquisição, uso e tratamento determinados pelas ações do mercado editorial.

As especificidades do mercado livreiro, com suas ações de divulgação e *marketing*, encontram-se determinadas pela capacidade de faturamento que cada escola possa vir a significar. Desse modo, o fluxo do livro de literatura infantil, o acesso a ele e conseqüentemente as condições de leitura no ambiente escolar, encontram-se determinados pela indústria editorial. Mesmo quando não mantém um contato freqüente com as escolas, como é o caso da Escola II, o mercado não deixa de interferir, uma vez que a escola depende das ações de divulgação das editoras para se manter informada do que está disponível. Assim sendo, mesmo desenvolvendo ações de *marketing* diferenciadas, conforme o tamanho das escolas, a indústria editorial interfere direta ou indiretamente na circulação do livro de literatura infantil no contexto escolar. O compromisso confesso da indústria editorial com o lucro pode ser observado quando os editores apontam maciçamente para as escolas que lhes garantam um faturamento mais favorecedor sem, no entanto, deixarem de marcar presença esporádica nas escolas menores, preparando o mercado em potencial.

A forma de atuação das editoras no ambiente escolar foi analisada a partir da observação direta do cotidiano das escolas e os dados encontrados sugerem a ampliação da pesquisa com um estudo específico do mundo editorial, bem como das ações que dirige ao mercado escolar. Nota-se, a cada nova edição anual dos catálogos editoriais, o aumento do empenho das editoras em fornecer para cada novo título ou coleção lançada, maior riqueza de instruções de uso, com fichas e roteiros de estudos. Possivelmente, do esmero na preparação desse material suplementar depende, em boa medida, o sucesso das vendas.

As ações que garantem o êxito do mercado editorial não trazem qualquer novidade ou absurdo, uma vez uma certa agressividade na divulgação direta ao mercado consumidor é premissa básica para o sucesso de venda de qualquer produto industrial. Mas isso não significa que a escola, principal mercado consumidor da indústria editorial, deva ter uma atitude passiva. A afirmação de sua autonomia nesse processo apoia-se no reconhecimento de que foi a escola a instituição que se

delegou, historicamente, o ensino da leitura. E, para demarcar sua competência nessa função, precisa dominar os diversos discursos, cujas especificidades têm de ser consideradas, entre eles o da literatura infantil.

No entanto, antes de tomar para si a responsabilidade plena do processo de promoção da leitura do texto literário, as instituições educacionais, especialmente as da rede particular de ensino cuja estrutura física e material encontra-se em situação mais favorável, necessita de algumas mudanças de atitude. Para promover as alterações necessárias à redefinição de seu papel em relação à literatura infanto-juvenil a escola precisa:

1. Compreender os vários aspectos constitutivos do livro literário, reconhecendo que ele guarda em sua essência características de uma criação artística, apesar de ser produzido como mercadoria pela indústria editorial. A par dessa compreensão, a escola deverá investir na formação do professor leitor, condição básica para a promoção da leitura de textos diversos, especialmente o literário, como dimensão essencial de suas ações didático-pedagógicas. Mesmo as escolas que investem na formação contínua de sua equipe na área metodológica, não privilegiam a formação do professor leitor, apesar de a leitura ser a ferramenta básica do trabalho intelectual.

2. Conhecer mais profundamente a indústria editorial brasileira e o que ela dispõe para o mercado educacional. Isso permitirá, não só conhecer a variedade e riqueza da literatura infantil disponível e o potencial de seu uso na dinâmica pedagógica, mas também preparar melhor os professores para uma mediação mais adequada do livro literário, criando condições de abordagem do texto em situações escolares sem reduzi-lo à condição de livro didático, desde a fase pré-escolar. Embora a presença das editoras no ambiente escolar pareça ser mera consequência da condição de mercadoria que o livro e outros produtos culturais adquirem na escola, a aceitação maquiçosa, passiva e acrítica de sua intervenção explica-se pelas múltiplas deficiências da formação profissional de professores e coordenadores, que nem sempre podem refletir sobre o papel de cada ação da escola na formação integral de seus alunos.

3. Definir com absoluta clareza o espaço que a literatura infantil deve ocupar na prática pedagógica, respeitando suas características constitutivas. Isso determinará a existência de uma biblioteca minimamente equipada e com um acervo adequado às necessidades da escola e de seus alunos, a cargo de profissionais devidamente formados para promover a utilização plena do espaço.

Essas medidas podem ajudar a escolas a se livrar da condição de mero entreposto de venda das editoras e a ver a indústria editorial como fator de enriquecimento do trabalho com o livro de literatura no ambiente escolar. Por ter assumido o papel de mediadora entre o livro e a leitura, a escola deveria poder alcançar todas as *nuances* do texto literário para não transformá-lo numa simulação do livro didático, como bem recomendam os catálogos editoriais. Conforme tão bem compreendeu Benjamim, “*a verdadeira significação desses livros infantis (...) nada tem a ver (...) com o rigorosismo tacanho que levou a pedagogia racionalista a recomendá-los.*” (1993:242)

O estudo sugere ainda a necessidade de realizar novas investigações sobre aspectos que, embora não tenham sido abordados, emergiram como questões importantes:

1. A forma de atuação do mercado editorial na rede pública, uma vez que a presença de livros de literatura nas escolas públicas depende de doações feitas através de programas como Sala de Leitura do MEC e a solicitação de compra periódica de livros literários pelos alunos.

2. A participação da família na formação do pequeno leitor, uma vez que pela pouca tradição da família brasileira de praticar a leitura e de conhecer a literatura, as crianças tendem a ter sua vivência literária restrita ao que a escola lhes oferece. As condições favoráveis de leitura literária na maioria das famílias se confundem com a busca de uma escola que desenvolva nas crianças as habilidades técnicas para o sucesso no processo de alfabetização. Nesse processo, o livro de literatura é encarado como instrumento mediador da alfabetização e seu consumo restrito ao ambiente escolar.

3. A formação do leitor em face das novas demandas de “leitura”: educação para a imagem e para os multimeios disponibilizados pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

4. Alguns sinais de reorientação das linhas editoriais na área dos livros infantis, que gradativamente estão incluindo em suas coleções títulos que não se encontram diretamente voltados para o uso didático nas escolas. Contudo, esses lançamentos podem estar sendo planejados visando premiações anuais como: Prêmio Jabuti, Prêmio APCA, Prêmio da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, que cancelam todo o catálogo das editoras e subsidiam a divulgação e a venda de seus produtos.

Todos esses problemas necessitam ser pesquisados para que se possa desvelar, em sua totalidade, o modo como são articuladas as ações da indústria editorial para a área escolar. É muito significativo que a produção editorial de outras áreas — literatura para adultos e publicações técnicas, entre outras — esteja ancorada na produção dirigida ao sistema educacional. Parece um caminho interessante orientar os estudos, agora, a partir da indústria editorial.

A escolha de escolas da rede privada, para a realização deste trabalho justifica-se pela necessidade de estudar escolas em condições mais favoráveis quanto à possibilidade de aquisição de livros. Nas escolas da rede pública, com o agravante da limitada condição financeira da maioria dos alunos, a situação da leitura é ainda mais dramática, uma vez que os programas de doação de livros mantidos pelo governo federal favorecem apenas uma parcela das escolas e os demais fatores, como o preparo dos professores e a disponibilidade de espaço, não são muito diferentes.

Ao buscar compreender melhor a relação existente entre a indústria editorial e o universo escolar, desvelando os meandros do modo de produção, divulgação e circulação do livro de literatura infantil em conformidade com as regras da indústria cultural, a pesquisa verificou que a utilização da obra literária na escola fica restrita à sua dimensão de mercadoria, gerada por um setor da produção capitalista.

A transformação do livro de literatura para crianças em obra meramente didática segue as indicações sutis do mercado, a partir de suas ações de *marketing*. E a incorporação da dinâmica escolar ao seu modo de produção garante às editoras o lucro e a manutenção de seu produto, uma vez que durante todo o processo de produção pressupõe-se um consumidor com procedimentos de uso padrão.

Apesar de o livro de literatura para crianças encontrar-se entre as inúmeras mercadorias oferecidas para o consumo pela indústria cultural e estar submetido às mesmas condições de produção, ele ainda resiste a uma padronização total de seu uso, por guardar em sua forma a relação simultânea e indissociável do material com o espiritual. As características inerentes à criação artística garantem ao texto literário a possibilidade de superação da condição de apenas mais um veículo de massificação.

A condição de bem cultural, resultado de uma criação artística, e de responsável, em parte, pela formação intelectual e afetiva de crianças em fase de aprendizagem será conquistada a partir do pleno domínio da instituição escolar da inserção do livro em suas atividades pedagógicas. Conhecer e dominar a forma de atuação do mercado no espaço escolar poderá converter, na escola, a característica de entreposto das editoras em condições mínimas necessárias para retomar o texto literário resguardando seus elementos constitutivos. Essas condições dependem da formulação de uma orientação pedagógica no projeto curricular da escola dirigida para a constituição de acervos de qualidade, a partir da formação de salas de leitura e/ou bibliotecas e da formação continuada do professor leitor e conhecedor do universo literário. Em suma, a superação da condição de “entreposto” do mercado editorial na comercialização do livro encontra-se na transformação das instituições escolares e de sua equipe pedagógica em sujeitos autônomos e com astúcia suficiente para se utilizar da indústria como recurso para as ações pedagógicas em torno da leitura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1991.
- ADORNO, Theodor W. Caprichos bibliográficos. In: **Notas de literatura**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. (Biblioteca Tempo Brasileiro, 36).
- \_\_\_\_\_. **Sociologia**. Organizado por Gabriel Cohn. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994. (Grandes Cientistas Sociais)
- \_\_\_\_\_. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Palavras e sinais: modelos críticos 2**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- \_\_\_\_\_. O fetichismo da música e a regressão da audição. In: **Adorno: textos escolhidos**. São Paulo: Abril, 1996. (Coleção Os Pensadores).
- BENJAMIN, Walter. Livros infantis antigos e esquecidos. In: **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BORDINI, Maria da Glória. **Guia de leitura para alunos de 1º. e 2º. graus**. São Paulo: Cortez, Brasília: INEP/MEC, Porto Alegre: CPL/PUCRS, 1989.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental/MEC, 1997.
- CARVALHO, Lídia Izcson de. **A distribuição e a circulação de livros na escola paulista**. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado: Educação) - PUC/SP.
- CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. **Diagnóstico do setor editorial brasileiro: pesquisa anual 1996**. São Paulo, 1996.
- COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico da literatura infantil/juvenil: das origens Indo-européias ao Brasil contemporâneo**. 4.ed. São Paulo: Ática, 1991. (Fundamentos, 88)
- COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO. **Melhoramentos: catálogo escolar infantil**. São Paulo, 1997.
- EDITORA ÁTICA. **Infantis da Ática 97**. São Paulo, 1997. Catálogo geral & lançamentos do 1o. semestre de 97.

- \_\_\_\_\_. **Infantis da Ática 98**. São Paulo, 1998. Catálogo geral de livros de literatura infantil.
- EDITORA MODERNA. **Paradidáticos: literatura - pré e de 1a. a 4a. série**. São Paulo, 1997. Catálogo de títulos .
- EDITORA LÊ. **Literatura infantil e livros paradidáticos 96/97**. Belo Horizonte, 1996. Catálogo de títulos.
- EDITORA FTD. **Literatura infantil FTD**. São Paulo, 1997. Catálogo de títulos.
- GOLDMANN, L. **Dialética e cultura**. 2 ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.
- KHÉDE, Sônia Salomão (org.) **Literatura infanto-juvenil : um gênero polêmico**. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- LAJOLO, Marisa. **Circulação e consumo do livro infantil brasileiro: um percurso marcado**. In: KHÉDE, Sônia (org.). **Literatura Infantil um gênero polêmico**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 43-55. (Novas Perspectivas, 18).
- \_\_\_\_\_. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 1993.
- MARTINS, Maria Helena. **A leitura e sua mediação. Ação Cultural**, Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, n.1, p.51-56, 1990.
- NASCIMENTO, Edna. **A culpa é do governo**. In: **Imagem Moderna**, São Paulo, n.13, p.4, 1997.
- PONDÉ, Glória. **A arte de fazer artes: como escrever histórias para crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1985.
- PUCCI, Bruno. **Teoria crítica e educação**. In: **Teoria crítica e educação**. Petrópolis: Vozes, 1994. p.11-58.
- RAMOS, Maria Cecília Mattoso. **O paradidático esse rendoso desconhecido**. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- REGO, Lúcia Lins Browne. **Literatura infantil: um nova perspectiva da alfabetização na pré-escola**. São Paulo: FTD, 1988. (Por onde começar?)
- YUNES, Eliana. **Da crítica e da seleção para crianças e jovens**. Rio de Janeiro: CEDOP/FNLIJ, (198-), 10p. (mimeo)

ZILBERMAN, Regina & LAJOLO, Marisa. **Literatura infantil brasileira: história & histórias**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1987. (Série Fundamentos, 5)

\_\_\_\_\_. **A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 1981.

\_\_\_\_\_. **A leitura e o ensino da literatura**. São Paulo: Contexto, 1988.

\_\_\_\_\_. **Literatura infantil: livro, leitura, leitor**. In: **A produção cultural para a criança**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. p. 93-113.

## ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA  
PESQUISA DE CAMPO

## FICHA INDIVIDUAL DO CORPO DOCENTE E COORDENADORES.

Estas informações comporão um conjunto de informações necessárias para a análise da influência do mercado editorial para o leitor em idade pré escolar, quanto ao acesso ao livro em ambiente escolar. Esperando poder contar com sua colaboração, me coloco à disposição para eventuais dúvidas e agradeço a atenção.

Maria das Graças

1- ESCOLA:-----

2- PROFESSORA:-----

3- SÉRIE:-----TURMA:----- TURNO:-----

4- ENDEREÇO:-----

5. TELEFONE:----- DATA DE NASCIMENTO:----/----/----

6- FORMAÇÃO:

- ( ) NORMAL OU MAGISTÉRIO

- ( ) ADICIONAL

- ( ) LICENCIATURA CURTA EM -----

- ( ) LICENCIATURA PLENA EM -----

- ( ) ESPECIALIZAÇÃO EM -----

- ( ) MESTRADO EM -----

- ( ) DOUTORADO EM -----

- ( ) OUTRO ( qual?) -----



**1- PROTOCOLO DE REGISTRO DE OBSERVAÇÃO**ESCOLA: \_\_\_\_\_  
—PROFESSOR: \_\_\_\_\_  
—SÉRIE: \_\_\_\_\_ TURMA: \_\_\_\_\_ TURNO: \_\_\_\_\_  
—

PROTOCOLO No. \_\_\_\_\_

DATA \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_ HORÁRIO \_\_\_\_\_

Roteiro de observação:

- Qual o envolvimento das crianças com as atividades de leitura propostas;
- Como se desenvolvem as atividades de leitura;
- Qual o procedimento do professor nas atividades propostas;
- Qual o ambiente de leitura da sala;
- Qual a constância das atividades de leitura;
- Relação do professor e da criança com o objeto livro.

## 2 - FICHAS DOCUMENTAIS

### 2.1- PARA ANÁLISE DOS PLANEJAMENTOS:

ESCOLA \_\_\_\_\_

—

PROFESSOR \_\_\_\_\_

—

ANO \_\_\_\_\_ SÉRIE \_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_

- Objetivos do trabalho de leitura;
- Objetivos do trabalho com literatura infantil e juvenil;
- Concepção de leitura adotado pela escola;
- Orientação metodológica;
- Material de leitura indicado e utilizado;

### 2.2 - PARA ANÁLISE DAS TAREFAS DAS CRIANÇAS

ESCOLA \_\_\_\_\_

PROFESSOR \_\_\_\_\_

ANO \_\_\_\_\_

SÉRIE \_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_ TURNO \_\_\_\_\_

- Objetivos das tarefas que envolvem atividades de leitura;
- Quais os textos literários ou não utilizados;
- Se existe alguma relação da tarefa com o trabalho desenvolvido em sala de aula;

**2.3- PARA ANÁLISE DOS DADOS INDIVIDUAIS DAS CRIANÇAS:**

ESCOLA \_\_\_\_\_

PROFESSOR \_\_\_\_\_

SÉRIE \_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_ TURNO \_\_\_\_\_

NOME DA CRIANÇA \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ENDEREÇO \_\_\_\_\_

TELEFONE \_\_\_\_\_

NOME DO PAI \_\_\_\_\_

PROFISSÃO \_\_\_\_\_

LOCAL DE TRABALHO \_\_\_\_\_

NOME DA MÃE \_\_\_\_\_

PROFISSÃO \_\_\_\_\_

LOCAL DE TRABALHO \_\_\_\_\_

**CARACTERÍSTICAS GERAIS DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA:****COMO OS PAIS RESPONDEM ÀS ATIVIDADES CULTURAIS PROPOSTAS PELA ESCOLA (teatro, livros, cinema etc.) ?**

**2.4 - PARA ANÁLISE DOS ESPAÇOS DE LEITURA ( sala de aula; sala de leitura e/ou biblioteca)**

**ESCOLA** \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO** \_\_\_\_\_

Sala de aula

Sala de leitura

Biblioteca

**OBSERVAR:**

- acervo ( condições quantitativas e qualitativas)
- seleção do acervo (qual o procedimento adotado)
- atualização do acervo ( forma e frequência)
- instalação ( condições dos aspectos filosóficos)
- disposição do acervo
- regulamento para o uso
- atividades programadas

## 2.5- FICHA INDIVIDUAL DOS PROFESSORES E COORDENADORES

ESCOLA \_\_\_\_\_

PROFESSOR \_\_\_\_\_

SÉRIE \_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_ TURNO \_\_\_\_\_

ENDEREÇO \_\_\_\_\_

TELEFONE \_\_\_\_\_ DATA DE NASCIMENTO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## - FORMAÇÃO:

 Normal ou magistério Adicional Licenciatura curta ou plena em \_\_\_\_\_ Especialização em \_\_\_\_\_ Mestrado em \_\_\_\_\_ Doutorado em \_\_\_\_\_ Outro (qual?) \_\_\_\_\_

- TEMPO DE SERVIÇO NO MAGISTÉRIO: \_\_\_\_\_

- TEMPO DE SERVIÇO NA ESCOLA: \_\_\_\_\_

- TRABALHA EM OUTRA INSTITUIÇÃO? (Qual?)

- ATUALIZAÇÃO: participa regularmente de palestras, seminários, encontros em  
quais áreas ?\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_